



Câmpus  
Anápolis de Ciências  
Socioeconômicas  
e Humanas



Universidade  
Estadual de Goiás

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas**  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades  
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

**RODOLFO BELCHIOR FERNANDES DE PAULA**

**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e MIGRAÇÃO DIRIGIDA: o  
caso do Território Federal de Rondônia – 1967-1981**

Anápolis-GO

2017

RODOLFO BELCHIOR FERNANDES DE PAULA

**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e MIGRAÇÃO DIRIGIDA: o  
caso do Território Federal de Rondônia – 1967-1981**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Portilho Maciel.

Anápolis-GO

2017

Ficha catalográfica

P324p

Paula, Rodolfo Belchior Fernandes de.  
Planejamento governamental e migração  
dirigida [manuscrito] : o caso do Território  
Federal de Rondônia - 1967-1981 / Rodolfo  
Belchior Fernandes de Paula. - 2017.  
84f. : il.

Orientadora: Dulce Portilho Maciel.  
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em  
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).  
Universidade Estadual de Goiás, Campus de  
Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis,  
2017.

Inclui bibliografia.

1. Geografia humana - Demografia.  
2. Migração - Aspectos políticos e econômicos -  
Rondônia (Estado). 3. Mobilidade populacional -  
Rondônia (Estado). 4. Dissertações - TECCER -  
UEG. I. Maciel, Dulce Portilho. II. Título.

CDU 911.3:314(811.1)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH  
CRB1/2385

RODOLFO BELCHIOR FERNANDES DE PAULA

**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e MIGRAÇÃO DIRIGIDA: o  
caso do Território Federal de Rondônia – 1967-1981**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Portilho Maciel.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Portilho Maciel  
Presidente/Orientadora - TECCER/UEG

---

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier  
Examinador Interno - TECCER/UEG

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Veralúcia Pinheiro  
Examinadora Externa - PPG-IELT/UEG

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Divina Aparecida Leonel Lunas  
Suplente - TECCER/UEG

Anápolis, 26 de junho de 2017

Dedico esse trabalho a todos os migrantes. Ao analisar as pessoas em minha volta, amigos, parentes e colegas, percebi que a grande maioria é migrante. É para vocês, migrantes, este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Durante esse período de estudo, várias pessoas e instituições foram importantes na concretização deste projeto, umas de forma direta, outras indiretamente. Agradeço primeiramente a Deus pela graça concedida com esta oportunidade, que para mim foi um grande presente.

Agradeço minha esposa Renata que não apenas apoiou e compreendeu, mas me incentivou diariamente. Ela também participou ativamente como mão de obra qualificada na digitalização dos principais documentos aqui utilizados, meu carinho e gratidão a você.

A minha orientadora, professora Dulce Portilho Maciel, minha gratidão, admiração e respeito. Tê-la como orientadora foi uma oportunidade ímpar, pelos conselhos, pelas caronas, pelos almoços ao seu lado, por me receber em sua casa de forma tão hospitaleira e gentil.

Vocês duas foram as responsáveis para que eu não desistisse, a Renata com seu amor e encorajamento e a professora Dulce com sua serenidade e apoio. Serei sempre grato!

Sou agradecido também aos demais professores do TECCER, fica complicado citar nomes, mas destaco a pessoa do professor Glauber, da professora Divina e do professor Marcelo que foram primordiais para o bom andamento deste trabalho. Juntamente agradeço ao TECCER por oportunizar esta pós-graduação e à Universidade Estadual de Goiás pela bolsa de fomento que desfrutei durante boa parte do mestrado.

Agradeço também aos meus colegas do mestrado, como foi prazeroso estudar ao lado de vocês. Nossas conversas, nossos desabafos, o socorro recíproco. Afinal, um sempre tinha a resposta, o modelo, a indicação do evento ou da revista onde publicar. Foi muito bom tê-los como parceiros nessa empreitada. Vale destacar que sou grato também pelos colegas da turma de 2014, que foram fundamentais para sanar várias dúvidas e dar aquele suporte necessário aos novatos.

Agradeço à minha família, minha mãe Zulma, meu pai Mário, minha sogra Zilda e meu sogro Zilmar, pelo apoio emocional e espiritual nesse tempo. Minha gratidão aos meus irmãos/cunhados e sobrinhos também. Nos momentos de ansiedade vocês me auxiliaram mesmo sem saber.

Sou grato também aos irmãos do Seminário Presbiteriano Renovado Brasil Central de Anápolis que me abrigaram, literalmente, durante vários meses. Um dos motivos de escolher Anápolis como local para me qualificar foi o fato de contar com o apoio de vocês. Poder ter um local de refúgio nos aquietou o coração. Agradeço também aos amigos e amigas, verdadeiros irmãos, da Primeira Igreja Presbiteriana Renovada de Jussara que sempre estiveram ao meu lado, perguntando se tudo ia bem, se precisava de ajuda. Vocês foram bálsamo nos momentos de ansiedade e angústia.

Por fim, e tão importante quanto os demais, quero agradecer aos colegas e amigos do Colégio Dom Bosco, hoje CEPI Dom Bosco. No início dessa jornada vocês me incentivaram e agora no final vocês me acudiram. Poder contar com a compreensão de vocês foi fundamental. Aqui também não posso citar nomes, falharia, mas os que mais me auxiliaram sabem do meu reconhecimento.

É o capitalismo(...) que vem transformando,  
de forma cada vez mais extensa, os  
trabalhadores em volantes, migrantes,  
hostes errantes, populações sem eira nem  
beira, magotes de gente disponível para  
qualquer arregimentação".

Carlos Bernardo Vainer (1986, p.24)

## RESUMO

Buscamos compreender a relação entre o planejamento econômico governamental e a política migratória, especificamente no que diz respeito às migrações internas. Nosso objeto consistiu no Território Federal de Rondônia entre os anos de 1967 a 1981 e a pesquisa foi dividida em três momentos. No primeiro, objetivamos compreender as características do planejamento econômico governamental e sua relação com o problema agrário e com a dinâmica da distribuição espacial da população brasileira. No segundo momento, apresentamos a distribuição da população brasileira entre os anos de 1960 a 1980, discutimos as conceituações de migração interna e política migratória e, também, os modos como os fluxos migratórios internos desse período foram direcionados para as regiões Centro-Oeste e Amazônica. No terceiro momento, apresentamos os fatores que fizeram de Rondônia o território que apresentou a maior taxa de crescimento demográfico no período estudado, sendo a migração dirigida a responsável pelo grande contingente populacional que para lá afluíu. Ao associar o planejamento econômico governamental à migração dirigida, verificamos como esta associação levou o poder público a passar de uma postura inicial de estímulo à migração para o Território Federal de Rondônia, para ações de contenção e redirecionamento do fluxo migratório interno para outras áreas do país, desestimulando a mudança para aquele Território.

Palavras-chave: planejamento governamental; migração dirigida; Território Federal de Rondônia.

## **ABSTRACT**

We seek to understand the relationship between governmental economic planning and migration policy specifically with regard to internal migration. Our object was the Federal Territory of Rondônia. Between the years of 1967 to 1981. Divided our research in three moments, in the first one, to understand the characteristics of governmental economic planning and its relationship with the agrarian problem and with the dynamics of the spatial distribution of the Brazilian population. In the second moment we present the distribution of the Brazilian population between the years of 1960 and 1980 and we discuss the conceptualization of internal migration and migratory politics and how the internal migratory flow of this period was directed to the Center-West region of the country. In the third moment we understand the factors that made Rondônia the territory that presented the highest rate of growth in the studied period, being the migration responsible for the great population contingent that went there. We seek to analyze and associate governmental economic planning with directed migration and how this association led the public power of an initial posture of stimulus to migration to Rondônia for actions of containment and redirection of the migratory flow to other areas, discouraging the coming to the Federal Territory of Rondônia.

Keywords: government planning; directed migration; Federal Territory of Rondônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. O PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL: DOS ANOS DE 1950 AOS ANOS DO ESTADO MILITARIZADO NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
1.1 DEFINIÇÃO DE PLANEJAMENTO NO BRASIL NOS ANOS 1950.....	16
1.2 O PLANEJAMENTO REGIONAL E A SUDENE.....	23
1.3 MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA E MOBILIDADE POPULACIONAL.....	28
<b>2. POPULAÇÃO, MIGRAÇÃO INTERNA, PLANEJAMENTO REGIONAL E SUDECO.....</b>	<b>37</b>
2.1 POPULAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1980.....	37
2.2 MIGRAÇÕES INTERNAS, SUDECO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL.....	42
2.3 FLUXO MIGRATÓRIO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE ENTRE OS ANOS DE 1960/1980 SEGUNDO DADOS DO IBGE E DA SUDECO.....	53
<b>3. RONDÔNIA, DE LUGAR PARA MIGRAR A LOCAL PARA SE EVITAR MIGRAR. BALANÇO DOS PROJETOS DE MIGRAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE CONTENÇÃO DA MIGRAÇÃO PARA ESTA ÁREA NOS ANOS DE 1970 A 1980.....</b>	<b>59</b>
3.1 MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1980.....	59
3.2 MIGRAÇÃO DIRIGIDA PARA RONDÔNIA, BR-364 E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL.....	68
3.3 NÃO VENHAM PARA RONDÔNIA! PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL E O CONTROLE DA MIGRAÇÃO DIRIGIDA.....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

Com a pesquisa que fundamenta esta dissertação, buscamos compreender a relação entre o planejamento econômico governamental e a política migratória, especificamente no que diz respeito à migração dirigida, focando em como estas imbricações interferiram na distribuição espacial da população brasileira. Nosso título "PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e MIGRAÇÃO DIRIGIDA: o caso do Território Federal de Rondônia – 1967-1981" apresenta nosso recorte espaço-temporal. A eleição do Território Federal de Rondônia, entre os anos de 1967 a 1981, justifica-se por três motivos. O primeiro, quanto ao espaço, a opção deveu-se à observação de que nesse Território tivemos, sobretudo no decênio de 1970 a 1980, o maior crescimento populacional no país, devido ao grande contingente de migrantes que lá chegaram.

O segundo motivo, quanto ao recorte temporal, deveu-se ao fato de que no ano de 1967 estabeleceu-se a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Esta, a partir de 1968, passou a ter sob a sua responsabilidade, além dos Estados de Goiás e Mato Grosso, o Distrito Federal e o Território Federal de Rondônia. Desse modo, nos anos de atuação da SUDECO (1967-1991), Rondônia era considerada pertencente ao Centro-Oeste. O terceiro motivo, por fim, nosso recorte se justifica pela disponibilidade de fontes que tratam da atuação da SUDECO, que assim como as demais superintendências, estiveram sob a jurisdição do Ministério do Interior (MINTER), quanto a informações sobre a migração para o Território de Rondônia.

A pesquisa que fundamenta a presente dissertação tem como principal fonte um conjunto de documentos reunidos pela SUDECO. Estes são concernentes às migrações internas no Brasil no período de tempo aqui considerado (1967-1981), na área geográfica então entendida como região Centro-Oeste. Esta região compreendia o estado de Goiás (na época, incluindo o atual estado do Tocantins), o estado de Mato Grosso (incluído o território hoje pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul), o Distrito Federal e o Território Federal de Rondônia (hoje, estado de Rondônia).

Essa documentação integra, na atualidade, o Fundo da SUDECO no Arquivo Nacional - Seção Regional do Distrito Federal, em Brasília. O Centro de Documentação – CEDOC -, do curso de História do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – CCSEH -, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, tem sob sua guarda cópia desse conjunto documental. É deste último que temos nos servido no desenvolvimento da pesquisa

aqui em tela. A referida documentação pode ser classificada, grosso modo, em conformidade com os seguintes tópicos: diretrizes da política migratória no Brasil, emanadas do então denominado Ministério do Interior – MINTER; anais de eventos de avaliação da execução de programas decorrentes de tais diretrizes, promovidos por este ministério; documentos produzidos por instituições de pesquisa, por encomenda do MINTER; documentos reunidos por unidades da estrutura deste ministério, o Serviço de Apoio aos Migrantes – SAMI – e o Sistema de Informações sobre Migrações – SIMI.

O planejamento governamental passou a ser um instrumento indispensável nas decisões políticas e econômicas no Brasil, a partir, principalmente, dos anos de 1950. O marco inicial desse planejamento governamental foi o Plano de Metas, de 1956, elaborado e implantado no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Neste governo, também tivemos a experiência de aplicação do planejamento regional quando da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. A SUDENE tornou-se o modelo de atuação para as demais superintendências, como veremos no primeiro capítulo desse trabalho, uma vez que lançou mão dos princípios mais atuais, na época, de planejamento econômico. Seu intuito era criar na região um polo de crescimento que garantisse não só o desenvolvimento regional, mas também buscasse reorientar o fluxo migratório constante que marcou a história do Nordeste como a principal região expulsora de população do país.

No caso da SUDENE, o foco estava no denominado planejamento regional. Com a tomada do poder pelos militares e a implantação de um Estado militarizado o planejamento econômico governamental, a partir de 1970, mudou de orientação e passou de um planejamento regional para um planejamento setorial, com vistas à integração nacional. Essa perspectiva já havia sido, todavia, adotada pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) implantado no governo do Mal. Castelo Branco no período de 1964-1967. Ao atingir setores estratégicos como energia, transporte, agricultura, indústria, etc., as ações previam atingir o território nacional como um todo e não apenas uma região. Tinha-se uma visão abrangente, onde o nacional (totalidade) se sobrepunha ao regional (particularidades).

Não obstante a mudança, as superintendências regionais, como a SUDECO, foram mantidas, porém com sua atividade condicionada aos ditames da política dos planejamentos no âmbito nacional. O planejamento governamental centralizou-se no âmbito do poder executivo federal. Entre os anos de 1970 e 1980 vimos no país não apenas essa mudança com relação ao planejamento, mas também com relação à aceleração do processo de modernização no campo e um crescimento demográfico significativo. É nesse ponto, tendo o Território

Federal de Rondônia como nosso objeto central, que objetivamos relacionar esses três elementos: planejamento econômico, modernização agrícola e migrações internas. Esta última compreendida a partir da política migratória adotada pelos governos militares.

Com o crescimento demográfico e a aceleração do processo excludente da modernização no campo, numerosos trabalhadores rurais, com suas famílias, foram expulsos, desencadeando o processo conhecido como êxodo rural. Esses trabalhadores, obrigados a mudar, procuraram não apenas as cidades, sobretudo as metrópoles que cada dia recebiam mais migrantes, mas também outras áreas rurais em outros estados para fixarem-se, no que se denominou migração rural-rural. Nos anos de 1970 a 1980 ocorreu uma das mais intensas migrações internas na história brasileira. Esta intensa mobilidade populacional fez com que os governos militares atuassem no sentido de planejar e controlar, também, o deslocamento dessa massa trabalhadora, no sentido de "orientar" as rotas migratórias.

As migrações internas se colocaram como uma questão política e não podem ser desassociadas da questão agrária, ao contrário, ambas estão diretamente ligadas. Ao modernizar a agricultura, mediante sua capitalização, não houve uma preocupação com a alteração da estrutura fundiária, que permaneceria concentrada. O modelo de planejamento adotado pelo Estado autoritário agravou ainda mais a situação dos pequenos produtores, arrendatários, ocupantes, etc.

Em 1970 foi implantado o Plano de Integração Nacional (PIN), que vigorou entre os anos de 1970 e 1974, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Este plano contribuiu para a aceleração da proposta de colonização oficial já estabelecida com o Estatuto da Terra, de 1964. Ao efetivar o princípio de que às margens das rodovias amazônicas uma faixa de 100 km de cada margem deveria ser ocupada por projetos de colonização oficial e dirigida tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. No caso de Rondônia a principal ação foi de caráter estatal, como veremos no capítulo três desse trabalho. Desse modo, a experiência do trabalhador rural brasileiro, sobretudo o da agricultura, foi marcada por um constante movimento em busca de áreas onde pudesse encontrar melhores condições de vida.

Ao elaborar uma política migratória, o Estado militarizado agiu no sentido não apenas de coordenar a população que se deslocou em seu território, mas principalmente, os trabalhadores que se deslocaram. A forma como o Estado diagnosticou o problema migratório foi a maneira definidora de sua política migratória. Nesse sentido, a migração mais que um fenômeno espontâneo foi desencadeada pelas ações do planejamento governamental que ao

investir na modernização agrícola, colaborou para a expulsão de vastos segmentos de população.

O Estado militarizado buscou, no entanto, direcionar os movimentos dessa massa de excluídos. Tal direcionamento foi fruto da ação de um Estado planejador, que entendia o território em sua totalidade e editava planos, programas e ações estratégicas a fim de garantir o controle tanto do espaço, quanto das pessoas. Com isto, o Estado procurava direcionar mão de obra para atender à demanda estipulada pela expansão do capitalismo. Dentre as áreas de crescimento populacional, Rondônia foi, sem dúvida, a que apresentou o maior salto proporcional entre os anos de 1970 e 1980. Advém daí o interesse em focar nossa atenção para a área que até o ano de 1981 foi Território Federal.

Assim, esta dissertação intitulada "PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e MIGRAÇÃO DIRIGIDA: o caso do Território Federal de Rondônia – 1967-1981", está dividida em três capítulos. No primeiro, objetivamos compreender as características do planejamento econômico governamental e como este modelo constitui-se como um instrumento recorrente no Brasil, a partir dos anos 1950. Para tanto, identificamos alguns dos planos de governo principais, em especial durante os governos militares e sua relação com o problema agrário e como esta dinâmica interferiu diretamente na distribuição espacial da população brasileira.

No segundo capítulo, apresentamos a distribuição da população brasileira entre os anos de 1960 e 1980, tendo em vista as duas divisões que aqui trabalhamos, ou seja, uma delas baseada nas grandes regiões geográficas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outra baseada na divisão regional estabelecida pelas atribuições da SIDECO. Assim, ao tratarmos das regiões Centro-Oeste e Norte, precisamos ter em mente que na divisão do IBGE, Rondônia pertencia à região Norte e nas atribuições da SUDECO, Rondônia pertencia à região Centro-Oeste. Nesse segundo capítulo buscamos, também, apresentar os conceitos de migração interna e política migratória e, ademais, demonstrar como o fluxo migratório interno desse período foi direcionado para o Centro-Norte do país.

No terceiro capítulo, discutimos os fatores que fizeram de Rondônia o território que apresentou a maior taxa de crescimento populacional, no período estudado, sendo a migração responsável pelo fenômeno. Nesse capítulo, procuramos associar o planejamento econômico governamental à migração dirigida, o que nos permitiu compreender as razões pelas quais o poder público passou de uma postura inicial de estímulo a migração para Rondônia, para outra

oposta, desenvolvendo ações de contenção e redirecionamento do fluxo migratório para outras regiões brasileiras.

## **1. O PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL: DOS ANOS 1950 AOS ANOS DO ESTADO MILITARIZADO NO BRASIL.**

Neste capítulo, buscamos compreender como o planejamento econômico governamental passou a ser um instrumento recorrente no Brasil, a partir dos anos 1950. Além disto, objetivamos identificar os planos de governo e sua relação com o problema agrário e como esta dinâmica interferiu diretamente na distribuição espacial da população brasileira.

### **1.1 DEFINIÇÃO DE PLANEJAMENTO NO BRASIL NOS ANOS 1950 E 1960.**

O planejamento como estratégia da política econômica é algo recente na história dos países capitalistas. A busca por este instrumento foi resultado da necessidade de organização econômica desses países, com a finalidade de alcançar metas nas áreas da economia e no desenvolvimento social. O planejamento pôde ser aplicado de várias formas e graus, alcançando desde apenas alguns aspectos regionais ou locais de uma determinada economia até a totalidade da mesma. No planejamento global, a estratégia consistia em promover o crescimento de todos os setores econômicos envolvidos, buscando equacionar a disparidade entre demanda e oferta em um dado setor, como, por exemplo, infraestrutura, saúde, educação ou outro.

A técnica do planejamento, em suas linhas gerais, consiste em assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de forma a atingir certos objetivos básicos. Estes podem ser: alcançar determinadas taxas de crescimento do produto nacional bruto e do nível de emprego, manter o saldo do balanço de pagamentos e o crescimento dos preços, dentro dos limites fixados, alterar a distribuição de renda, etc. (MINDLIN, 2001, p.17).

Em países capitalistas, como destaca Celso Lafer (1997), o planejamento, como instrumento da política econômica, foi uma estratégia relativamente recente e o planejamento pôde ser aplicado em diferentes graus, abarcando desde pequenas partes ou setores da economia até sua totalidade. No caso do planejamento setorial, busca-se atingir setores estratégicos da economia, a fim de equacionar um possível desequilíbrio entre oferta e demanda. Exemplo disso foram as ações de investimentos em setores tidos como estratégicos: infraestrutura, transportes, energia, educação, saúde. Estes setores puderam ter seu

crescimento planejado, estimulando os objetivos relacionados, como o crescimento de renda e emprego. Um exemplo da adoção desse tipo de planejamento, no Brasil, foi efetuado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

O planejamento também atendeu a uma região específica, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social, sem necessariamente estar vinculado a um esquema de crescimento da economia nacional, como um todo. Um exemplo de planejamento regional no Brasil foi a SUDENE. Como aponta Lafer (1997), nesta experiência da SUDENE a técnica do planejamento, em seus aspectos gerais de execução, visou disponibilizar situações para que o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens pudessem atingir os objetivos básicos definidos pelo plano. Em última instância, visou gerar um desenvolvimento no Nordeste retirando a centralidade tida como exclusiva do Sudeste.

Cabe destacar que o governo, detentor do controle dos investimentos públicos, utilizou o planejamento como uma estratégia para apontar a direção mais racional do crescimento e desenvolvimento econômico almejados. Para o alcance deste objetivo, todavia, "(...) a organização administrativa (...) foi fundamental para a execução das metas do plano" (LAFER, 1997, p.21). Paralelamente, foi de fundamental importância a sintonia entre o orçamento público para que os órgãos executivos e os órgãos encarregados do planejamento e da condução do mesmo agissem em concomitância.

A conciliação das diversas políticas para melhor atingir todos os objetivos depende da elaboração de modelos mais complexos, nem sempre incluídos nos planos. Uma das dificuldades é que cada política deve resolver problemas de curto prazo, permitindo simultaneamente que os objetivos de longo prazo sejam alcançados. O importante, porém, é que os instrumentos de intervenção do Estado existem, e o sucesso do plano, mesmo ao nível teórico, depende da habilidade do Governo em combiná-los. (LAFER, 1997, p.22)

Aqui, uma questão se coloca: como o Estado passou a usar o planejamento econômico como um dos instrumentos importantes nas decisões político-econômicas no Brasil? Otávio Ianni (1977) explica que a história da política econômica governamental brasileira oscilou entre duas tendências, uma delas o autor denomina de “estratégia de desenvolvimento nacionalista”, nos períodos 1930-45, 1951-54, 1961-64. Tal tendência apresentou como pressuposto básico a tentativa de implantação e consolidação de um capitalismo nacional, como forma de promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. Essa tendência também apontou na direção em que os centros de decisões sobre assuntos econômicos

deveriam ser cada vez mais nacionalizados e que o Brasil poderia agir de modo a influenciar regiões como a América Latina e África.

Por outro lado, houve entre os períodos 1946-50, 1955-60 e 1964-70, uma “estratégia de desenvolvimento dependente”, em outras palavras, uma tentativa de desenvolvimento de um capitalismo dependente, como a possibilidade única para o progresso socioeconômico brasileiro. Isto significaria adequar o país aos ditames dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América (EUA). Para Ianni (1977), essas duas tendências não eram totalmente excludentes, podendo até coexistirem, mas com uma delas sobrepujando a outra, como em um movimento pendular.

Houve uma terceira tendência, mas que não chegou a ocupar uma posição de governo nesse período, a que Ianni (1977) denominou de “estratégia de desenvolvimento socialista”. Como esta via nunca alcançou a preferência do Estado brasileiro, suas aspirações ficaram mais no campo das contrapropostas às demais tendências anteriormente citadas. A principal tendência observada nesse período foi a de um capitalismo dependente, enquanto que as demais ou tiveram um espaço reduzido na ação estatal, ou nem mesmo tiveram espaço para isto, como o caso do desenvolvimento socialista.

Gonçalves Neto (1997), citando trabalho de Maria da Conceição Tavares, afirma que para entendermos o processo da presença dinamizadora do Estado na economia nacional, precisamos compreender como o modelo de substituição de importações entrou em crise no Brasil. O referido modelo, também denominado em outros termos de industrialização substituidora de importações, pode ser classificado em três fases:

a) período que se segue à grande depressão (substituição, sobretudo, de uma série de bens de consumo leves); b) período da Segunda Guerra Mundial (Volta Redonda, siderurgia); c) período do pós-guerra, subdividido em subfases: 1945-1947, de alívio do setor externo, pelo saldo que o Brasil acumulara nos anos de guerra; 1948-1954, de volta ao regime de controle cambial e substituição de bens de consumo duráveis; 1955-1956, de transição; 1956-1961, de aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para financiamento dos investimentos. É nesta terceira fase que se manifesta a crise do modelo. (GONÇALVES NETO, 1997, p.25).

Interessa-nos entender a crise desse modelo, que se deu em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Como observa Gonçalves Neto (1997), a crise desse modelo de substituição de importações ocorreu pela constante e ininterrupta contradição dele, da seguinte maneira: instalava-se uma indústria (A) de bens que antes se fazia necessário importar, essa indústria favorecia o crescimento do mercado interno e gerava demandas de novos produtos como matéria-prima (B) e outros insumos (C), que não estavam disponíveis no mercado interno.

Daí surgia uma crise pelo fato do país não dispor de recursos para suprir a indústria que havia sido implantada. Qual a saída? Uma nova fase na substituição de importações, produzir internamente os produtos que antes deveriam ser importados. "B" e "C" agora seriam produzidos internamente para suprir a indústria "A". A contradição do sistema estava justamente no fato de que uma nova demanda surgia para a produção de "B" e "C", surgindo agora a necessidade de substituir a importação dos produtos "D", necessários para a produção de "B" e "C", e assim sucessivamente.

Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil e custoso prosseguir, sendo o processo pressionado tanto por variáveis externas (estrangulamento da capacidade de importar) como internas (a dimensão e a estrutura do mercado nacional; a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos). Chega-se, enfim, ao estágio em que o que resta por substituir são bens de capital e matérias-primas, mas este setor não está atrelado apenas ao dinamismo induzido do exterior, requerendo uma nova proposta de desenvolvimento. (GONCALVES NETO, 1997, p.26).

No início dos anos 1960, o país experimentou a necessidade de uma definição com relação ao modelo de desenvolvimento a ser adotado. Esteve em jogo duas propostas possíveis, de um lado a busca do “desenvolvimento nacional autônomo”, o que Ianni (1977) denomina de capitalismo nacional, de outro a proposta de um “desenvolvimento associado”, nas palavras de Ianni (1977), “capitalismo dependente”. É importante notar que a presença do Estado foi cada vez maior nas definições das políticas econômicas, "no início dos anos 60 uma situação que apresenta o Estado como um dos maiores 'sócios' da economia brasileira" (GONÇALVES NETO, 1997, p.27). Esta presença foi marcante por meio de vários instrumentos, entre eles, o planejamento econômico governamental.

O Estado passou, de acordo com Ianni (1977), a adotar estratégias de planejamento econômico governamental devido às mudanças operadas, na sociedade brasileira, pela transição de uma economia agrícola que passou a ser controlada pelo setor industrial. A predominância do setor industrial favoreceu um conjunto de modificações econômicas, sociais e políticas no país. Daí a razão do Estado ter lançado mão de técnicas de planejamento como instrumento da política econômica governamental. A partir de então, o Estado desempenhou papel sempre mais atuante e decisivo na gestão e expansão da economia brasileira. Independentemente da opção pelo capitalismo nacional ou pelo capitalismo dependente, sob regime democrático ou ditatorial, o planejamento como ação política do Estado foi progressivamente se consolidando no Brasil. Teve como marco a implantação de

programas que explicitamente usaram técnicas de planejamento como forma de gerir a política econômica nacional.

Em geral, o planejamento destina-se, explicitamente, a transformar ou consolidar uma dada estrutura econômica e social. Em concomitância, e em consequência, ele implica na transformação ou consolidação de uma dada estrutura de poder. As relações e processos políticos e econômicos estão sempre imbricados, influenciando-se e determinando-se reciprocamente. (IANNI, 1977, p.310).

O contexto sociopolítico nos anos do governo Kubitschek foi propício para a implantação de uma política econômica relativamente planejada. As experiências precedentes de planejamento econômico resultaram em ações inacabadas, no entanto, elas serviram de referência para o planejamento e execução do Programa de Metas, do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). O mais interessante é perceber que a noção e a utilização prática do planejamento como algo necessário foram, gradativamente, incorporadas pela população nos principais centros urbanos do país. Entre estes, destacaram-se as camadas mais politizadas da classe média e do proletariado, que tiveram no planejamento um dos assuntos em seus debates como estratégia para sanar problemas de ordem política, econômica e social.

Paulatinamente o planejamento e o desenvolvimento econômico passaram a ser vistos como faces de uma mesma moeda, tanto por parte do governo, dos empresários e dos técnicos responsáveis, como por boa parte da população politicamente atuante. Além disso, representantes do governo, alguns economistas e, sobretudo técnicos e administradores, passaram a difundir a ideia de que o planejamento consistia em uma técnica neutra. Podendo ser aplicada indiferentemente, em qualquer regime econômico, em diferentes fases do processo do desenvolvimento, como aponta Ianni (1977).

Lafer (1997) explica que todas as experiências anteriores a 1956 podem ser classificadas como tentativas de organizar e coordenar a economia brasileira, mais no âmbito do planejamento de ações com vistas ao equilíbrio orçamentário.

No Brasil, as tentativas iniciais de organizar a economia através de planejamento datam da década de 40 deste século (referindo-se ao século 20), resumidas no Relatório Simonsen (1944-1945), nos diagnósticos da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) e no Plano Salte (1946). Porém não consistiram em práticas efetivas de coordenação global, restringindo-se a medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário, como no último caso. A primeira experiência que considerasse o processo global e contínuo de planejamento, e que foi efetivamente aplicada no país, data de 1956, com o Plano de Metas do governo Kubitschek. (KON, 1999, p.15).

Celso Lafer (1997), Betty Mindlin (2001) e Anita Kon (1999) entendem que o divisor de águas da história do planejamento no Brasil foi o Plano de Metas (1956-1961), também chamado Programa de Metas. Este, implantado no governo de Juscelino Kubitschek, visou fundamentalmente estimular a modernização e industrialização brasileira. A decisão de planejar evidenciou-se como uma ação política, desde que a campanha Juscelino Kubitschek lançou mão dessa estratégia, elencando inicialmente 30 metas a serem alcançadas no desenvolvimento do Brasil. Sendo a construção de Brasília e a transferência da capital federal para esse novo local no planalto central denominada como meta síntese, ou 31ª meta. A propaganda girou em torno do já conhecido "50 anos em 5", ou seja, dentro da ótica do princípio desenvolvimentista objetivou-se estimular o desenvolvimento do país a ponto de em cinco anos de mandato promover um crescimento correspondente a cinquenta anos.

O governo de Juscelino Kubitschek, como observa Lafer (1997), sistematizou o Plano de Metas em cinco pontos centrais ou setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Mesmo sendo considerado como a primeira experiência que colocou em prática as ações sistematizadas de um planejamento, não se pode desconsiderar o acúmulo das tentativas anteriores, como o citado Plano Salte. Um conceito fundamental utilizado no contexto do Plano de Metas foi a noção de *ponto de estrangulamento*. Partia-se do princípio que, na economia brasileira, havia setores que a estrangulavam, impossibilitando seu desenvolvimento como um todo. Daí a necessidade de se atuar de forma planejada em relação a tais setores, sobretudo os de energia, transportes e alimentação.

Conceito também fundamental, no sentido de possibilitar a aplicabilidade do programa, foi o de "ponto de germinação". Este conceito ofereceu fundamento teórico para o planejamento de ações que estimulavam as atividades produtivas que pudessem proporcionar as condições básicas para a germinação de outras áreas econômicas. Outra noção principal a que se recorreram na elaboração e execução do Plano de Metas foi o de "demanda derivada". Um exemplo que se pode oferecer para o uso desta noção é o caso da meta 17, que previa a mecanização da agricultura, esta levou a uma demanda derivada de fabricação de tratores, a qual, por sua vez, associou-se à indústria automobilística, objeto da meta 27. Assim, ficou evidente que as ações governamentais não poderiam deixar de lado a dinâmica estabelecida com o princípio da "interdependência" e das "demandas derivadas" de cada ação estratégica.

Outro ponto importante destacado por Lafer (1997) em relação ao Plano de Metas, bem como aos planejamentos subsequentes, foi o fato de trabalhar-se segundo a lógica do planejamento contínuo, ou seja, cada objetivo correlacionado as suas metas, era testado e

repensado, conforme um mecanismo de *feed-back*. Assim, a formulação dos cinco grandes setores de ação do Plano de Metas e suas metas correspondentes colocou, de modo sistemático, o planejamento estatal da política econômica, como algo que não poderia ser deixado de lado.

No governo de João Goulart (1961-1964), implantou-se o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico,

[...] elaborado em seis meses por uma equipe liderada por Celso Furtado, o Plano Trienal veio a lume no final de 1962 e passou a orientar a política econômica do Governo Goulart que, com o plebiscito de janeiro de 1963, havia recuperado os poderes do presidencialismo. O último gabinete parlamentarista foi então substituído por um ministério da área econômico-financeira e tinha como expoentes Srs. San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda, e Celso Furtado, Ministro do Planejamento." (MACEDO, 2001, p.51-52).

O Plano Trienal foi proposto em um momento de turbulência na história brasileira. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, instaurou-se no país o parlamentarismo como forma de conter a crise política gerada pela renúncia. Esta foi seguida pela resistência de setores muito poderosos da sociedade brasileira (militares e civis) à posse do vice-presidente eleito no ano anterior, João Goulart. A partir daí, até início de 1963, com o plebiscito que definiu a volta do presidencialismo, a vida política e social do país esteve em ebulição. Uma das principais pautas de discussão desse período foram as chamadas reformas de base, tais reformas previam uma reavaliação no âmbito administrativo, bancário, fiscal e agrária do país. Os temas então em debate provocaram uma tensão social que contribuiu diretamente no desenrolar do golpe de 1964. Com isto, abandona-se o Plano Trienal que fora concebido e implementado com vistas a atender aos anseios políticos, econômicos e sociais de sua época.

De forma sucinta, este (Plano Trienal) visava a recuperação do ritmo de desenvolvimento observado no período de 1957-1961, em torno de 7% ao ano; a contenção progressiva do processo inflacionário; algumas correções na distribuição de rendas, quer sob o aspecto pessoal quer sob o aspecto regional; a realização das reformas de base (administrativa, bancária, fiscal e agrária) e o reescalamento da dívida externa. (MACEDO, 2001, p.53).

O Plano Trienal, em verdade, mostrou-se inoperante, ainda no governo de Goulart. As propostas de superação da inflação e aceleração do crescimento econômico foram malogradas. Segundo Macedo (2001), algumas medidas que possibilitariam a estabilização não foram aplicadas efetivamente, como, por exemplo, a redução do funcionalismo. Ao contrário disto, houve um incremento no gasto com este grupo. Cabe destacar que a

formulação desse plano favoreceu o avanço na promoção de condições propícias ao planejamento econômico no país.

## 1.2 PLANEJAMENTO REGIONAL E A SUDENE

Em sua obra, *História da Revolução Russa*, de 1932, Leon Trotsky desenvolveu a relação entre a "lei universal da desigualdade" associada ao que ele denominou "lei de desenvolvimento combinado", aqui temos expressado a noção do desenvolvimento "desigual e combinado" do capitalismo. Para Trotsky (1977) o capitalismo dos países avançados (termos dele para nações mais prósperas) forçou que países atrasados (termo dele para nações mais pobres) a saltarem os processos "naturais" de desenvolvimento e evolução para se inserirem na dinâmica da exploração capitalista que tomou conta do mundo. Desse modo, o capitalismo lançou mão desses países atrasados no sentido de inseri-los na dinâmica do processo capitalista sem necessariamente promover, de fato, seu desenvolvimento.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1977). p.25

Assim, a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo cria áreas onde este se reproduz de forma intensiva em um espaço limitado, o seu "centro", e de forma extensiva em um espaço mais amplo, onde se estabelece sua dominação, espaço denominado de "periferia". Esta relação entre "centro" e "periferia" é desigual, porém combinada, ou seja, na realização do capitalismo faz-se necessário a inter-relação dessas áreas. Assim, o "centro" pode ser os países mais desenvolvidos como EUA e países na Europa, ou áreas dentro dos países, como a região Sudeste do Brasil, em relação a outras regiões do país. A "periferia" pode ser tanto países com desenvolvimento menor que o "centro", ou áreas onde o desenvolvimento capitalista é inferior ao observado em região ou regiões, dentro do próprio país.

As políticas de desenvolvimento regional surgiram nos países do "centro", a princípio voltadas para os problemas específicos desses países. Em um segundo momento é que se difundiram em países e regiões menos desenvolvidos, passando em muitos casos por filtragens e adaptações, como se constata na clássica concepção de planejamento regional no Nordeste do Brasil, no final dos anos 1950. (TAVARES, 2002, p.230).

Para Hermes Tavares (2002) a teoria de polos de crescimento de François Perroux foi a mais difundida, e influenciou várias políticas na América do Norte, América Latina entre outras regiões ou países. Tal teoria foi um esforço para compreender a questão da concentração industrial no âmbito espacial, sobretudo no contexto da segunda revolução industrial. Além disso, e o que aqui mais nos interessa, a teoria de polos de crescimento serviu como fundamento para a discussão e aplicação de políticas de desenvolvimento regional também no Brasil.

De acordo com Perroux (1975) existiu, via de regra, nas economias nacionais, uma variação quanto a propagação de seu crescimento. Uma indústria ou um grupo de indústrias teriam o papel de influenciar as demais, gerando novas indústrias, para atender suas demandas. Nesse aspecto não haveria uma concorrência entre unidades econômicas independentes, mas a influência e dominação de uma única grande empresa ou de um grupo sobre as demais empresas. A grande empresa ou grupo teria a função de aplicar forças de crescimento sobre as demais, sendo então a "indústria motriz" ou o "polo de crescimento".

O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento, propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia. (PERROUX, 1975, p.100).

Dessa forma, o polo de crescimento serviu como mola propulsora do desenvolvimento de outras indústrias (ou empresas) conforme aponta o próprio Perroux (1975). Para este autor as economias nacionais devem ser entendidas como uma combinação de conjuntos de elementos associados e ativos, como a indústria motriz ou polos geograficamente concentrados, e elementos passivos, como as indústrias movidas pela motriz e as regiões dependentes desses polos concentrados. Desse modo caberia a ação direta do Estado, usando o planejamento governamental como forma de equacionar tais problemas. O planejamento mostrou-se um importante instrumento político para o crescimento econômico, bem como para o equacionamento de questões concernentes ao deslocamento populacional.

No que tange ao Brasil, a experiência de planejamento regional esteve associada a uma série de estudos e interpretações da realidade brasileira, em que se evidenciava a discrepância entre regiões com nível de desenvolvimento acelerado – o caso da Sudeste - e outras tidas como atrasadas – o caso do Nordeste e da Amazônia, principalmente. O mais emblemático dos modelos de planejamento regional, no Brasil, foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela lei 3.692 de 15 de novembro de 1959. Para Francisco de Oliveira, de fato:

A SUDENE traz inscrita, desde sua origem, a marca de intervenção "planejada" no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p.102)

O "Relatório GTDN" (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste) foi o nome dado a um estudo elaborado sob a liderança de Celso Furtado, no curto período de três meses (em 1959), e que serviu de base para a fundamentação dos primeiros planos de ação da SUDENE. Cabe destacar que o GTDN não teve a reforma agrária como foco de preocupação, apesar deste tema ter sido debatido no contexto de sua elaboração. Uma das explicações apontadas consistiu no argumento de que este relatório evitou conflitos com a classe dominante da região. "Evitando uma proposta radical, o GTDN, optou por aquilo que poderia ser uma sorte do 'elo mais fraco' da estrutura socioeconômica da região, ou seja, o latifúndio. Esse ataque consistia no estímulo à saída de mão de obra do semiárido." (TAVARES, 2004, p.106-107).

Um dos elementos, que aqui nos interessa do Relatório GTDN, consistiu na imbricação entre o planejamento governamental e a questão do deslocamento de mão de obra da região do semiárido, ou seja, a questão da migração. Segundo as análises desse relatório, mais que a seca, o problema da região do semiárido nordestino esteve na forma de organização da estrutura produtiva, baseada na interdependência pecuária extensiva, produção de algodão mocó e agricultura de subsistência. Como os fazendeiros se apropriavam de grande parte da produção em pecuária e cultura de algodão, a agricultura de subsistência era a garantia de mão de obra perto e barata, razão pela qual os fazendeiros mantinham trabalhadores em suas terras. Na visão do GTDN, essa equação revelava a fragilidade do elevado contingente demográfico da região, que em épocas de secas mais intensas sofria severas penalidades. A solução mais adequada, segundo o Relatório GTDN, seria deslocar parte dessa população para outras áreas, reduzindo a pressão demográfica e, assim, contrariando os interesses dos fazendeiros.

Ianni (2004) destaca que uma das características da economia brasileira advém de sua formação que, desde o início, apresentou desigualdades regionais bastante acentuadas. Estas desigualdades geraram a possibilidade de movimentação de certos elementos de uma região para outra, como, por exemplo, capital e força de trabalho. Estes impulsionavam a reprodução do capital na região para onde tais elementos migravam. Equacionar as diferenças regionais foi objetivo da política econômica no Brasil, uma vez que as grandes desigualdades

geravam um desequilíbrio indesejado. Para Ianni (2004), entretanto, a criação da SUDENE, mais que uma tentativa de resolver problemas de desigualdade econômica regional, consistiu em tentativa de resolver problemas de ordem social e política.

Quando as desigualdades econômicas e sociais adquiriram conotações políticas muito desenvolvidas (tendo-se em conta as relações e estruturas de dominação e apropriação predominantes na área e no país), tornou-se necessário e urgente reformular a estrutura estatal responsável pelo funcionamento da economia do Nordeste. (IANNI, 2004, p.214).

Mas, quais problemas de ordem político-social afetaram o Nordeste a ponto de gerar a necessidade de uma intervenção mais direta do Estado? Segundo Ianni (2004) nas áreas urbanas, sobretudo após a Constituição de 1946, que possibilitou uma nova estrutura partidária, as massas urbanas gradativamente se desvinculavam do controle do coronelismo. Tomando-se como foco o estado de Pernambuco, com a ascensão política de Miguel Arraes, apoiado pela aliança PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), representava uma ruptura do controle coronelista na região. Na zona rural, tais mudanças também foram sentidas pela formação e atuação das denominadas Ligas Camponesas.

As *ligas camponesas*, surgidas como órgãos de assistência mútua, pouco a pouco se transformaram em associações políticas de lavradores. Assim, a transformação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco em liga camponesa (fato ocorrido em 1955) simboliza a metamorfose do *lavrador* em *camponês*. Com a colaboração de partidos políticos, intelectuais e líderes políticos (dentre os quais encontravam-se Francisco Julião, Paulo Freire, Padre Melo, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, um setor do clero católico, o PTB, o PCB e o PSB) as massas rurais adquiriram uma nova compreensão política da sua posição no processo produtivo e no contexto político do Nordeste. (IANNI, 2004, p.212).

Como defende Francisco de Oliveira (1977), as Ligas Camponesas colocaram em cena um novo ator para a política nordestina, mas que alcançou repercussão nacional, o camponês. Assim, a criação da SUDENE teve como finalidades equacionar problemas de planejamento e, principalmente, contornar problemas de ordem político-social. Nesse sentido, como já apontamos anteriormente, o planejamento governamental não pode ser visto como uma ação neutra, técnica apenas, mas imbricado com questões políticas da área nele compreendida.

Como observa Carlos Vainer (1986), entre os anos de 1950 e 1960, houve uma mudança com relação à compreensão que se tinha do território brasileiro. Antes, entendia-se que o país era um imenso território vazio; porém, após os anos 1950 passou-se a entender que o Brasil era marcado por um território desigualmente ocupado, com áreas densamente

povoadas e outras esparsamente ocupadas. A questão agrária passou a emergir nos debates, sobretudo com a eclosão das Ligas Camponesas. Na época, adotou-se a estratégia de subordinar o problema agrário ao problema regional e no Nordeste, com a SUDENE, essa estratégia se mostrou aplicável. Essa relação de subordinação da questão agrária à questão regional suscitou "... a elaboração de uma nova equação população-território e de uma nova solução, sob o formato do planejamento regional" (VAINER, 1986, p.16).

Porém, a solução de deslocar a população nordestina da área do semiárido não foi recebida unanimemente, ficando as posições divididas em duas propostas. De um lado, havia a proposta de manutenção da população na região, mediante expansão das áreas irrigadas e ampliação dos açudes. Para os adeptos deste ponto de vista, o foco de atenção era a questão agrária, que urgia ser resolvida. De outro lado, como proposto pelo GTDN, a melhor opção seria a ampliação da migração, então já em curso, que deveria ser estimulada e organizada pelo governo. Para os que defendiam tal posição, o foco de atenção residia no planejamento, mecanismo pelo qual, se alcançaria o desenvolvimento regional.

[...] o objetivo último que se tem em vista é transferir da região semi-árida algumas centenas de milhares de pessoas, criar nessa região uma economia com menos potencial demográfico e mais elevado nível de produtividade, e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste" (GTDN, 1959, p.85 *apud* VAINER, 1989, p.17).

Nesse caso, a ação planejadora do Estado objetivou atingir uma região específica, a Nordeste. Em seguida, no entanto, a situação nordestina ganhou repercussão, até que se tornou um problema nacional. Como destacam Carlos Vainer e Frederico Guilherme Araújo (1992), é importante entender que um fenômeno ou processo social pôde ser apropriado e formulado enquanto "questão", e que a "questão" não compreendia apenas fatos sociais e políticos localizados, regionalizados; pelo contrário, um problema pontual passou a ser tomado como uma "questão de Estado". Assim foi que falar em *questão agrária*, *questão urbana*, ou mesmo *questão regional* passou a ser entendido como falar em uma *questão de Estado*. Nesse sentido,

[...] a eclosão da *questão nordestina* enquanto *questão nacional*, longe de ser um desdobramento linear das anteriores intervenções governamentais, é a resposta à radicalização do conflito agrário, que toma foros de verdadeira convulsão social colocada em marcha sob a liderança das Ligas Camponesas. A agudização do conflito de classes, ameaçando diretamente as combalidas elites regionais, foi vista, juntamente com o aprofundamento das disparidades em relação ao Sudeste, como ameaça à unidade nacional e à própria reprodução da dominação. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p.23).

A partir de 1970 houve uma mudança na orientação do planejamento estatal, de um planejamento regional para um planejamento setorial, com vistas à integração nacional. A nova perspectiva foi a do *planejamento territorial nacionalmente integrado*, onde o foco não foram as diferenças regionais, como no caso da SUDENE, mas uma visão abrangente onde o nacional (totalidade) se sobrepõe ao regional (particularidades). A estratégia política de estimular o desenvolvimento regional global passou a ser substituída pela estratégia de implantação de programas específicos, coerentemente com a noção de polos de crescimento, que visaram articular a região com a totalidade, como observam Vainer e Araújo (1992).

### 1.3 MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA E MOBILIDADE POPULACIONAL.

Foi na metade da década de 1960, que duas políticas públicas buscaram conter movimentos sociais no campo: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. Aquele visou organizar o sindicalismo rural nos moldes do sindicalismo urbano, atrelado ao Estado; e este buscou a intensificação na participação do governo central sobre a estrutura e organização rural, como destaca Bernardo Sorj (1980).

Diante de uma crise político-econômica ocorrida na primeira metade da década de 1960, duas linhas de discussão ganharam destaque com relação ao tema do atraso agrícola no Brasil, frente às estruturas de desenvolvimento urbano-industrial. De um lado, a interpretação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que via a necessidade de reforma agrária como forma de modernizar as atividades econômicas rurais e de elevar a renda no campo, trazendo para o mercado produtos alimentares, vestuários e bens duráveis tradicionais. De outro lado, estavam aqueles que propunham instrumentos puramente capitalistas para a elevação da produtividade e da renda do setor, através da tecnificação das grandes propriedades, disponibilizando recursos financeiros ao produtor, sem tocar na estrutura de produção, como observa Gonçalves Neto (1997).

A ação política do Estado possibilitou a elaboração de mecanismos de apoio ao desenvolvimento econômico da grande propriedade. Logo, tanto o produtor não-empresário quanto o empresário fizeram parte do modelo de ação das políticas econômicas dos governos militares, onde a busca do desenvolvimento do capitalismo no campo

[...] tem servido na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma “modernização conservadora” que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades

produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.40).

O Estado procurou atrelar as transformações no campo às necessidades econômicas do país, seja com relação ao financiamento do desenvolvimento urbano-industrial, ao abastecimento do proletariado urbano, à formação de divisas que favorecessem a importação de tecnologias e equipamentos para o avanço da industrialização. Seja como mercado consumidor de uma área específica da indústria que se dedica à produção de insumos e implementos agrícolas.

Segundo Gonçalves Neto (1997), a proposta de modernização do campo esteve vinculada a uma proposta de modernização nacional. O desenvolvimento urbano-industrial que se verificou no país consolidou-se, definitivamente, com o desenvolvimento capitalista do campo. A entrada de novas tecnologias, de novos métodos de produção, de um padrão agrícola moderno não significou, todavia, melhoria na qualidade de vida das populações rurais,

[...] a mercantilização generalizada dos meios de vida incorporou também as populações rurais. Um lançar de olhos sobre a distribuição de renda nos meios rural e urbano, nos anos de 1970 e 1980, revela que a maioria dos grupos de renda mostra-se mais concentrada no meio urbano. Contudo, a tendência da distribuição da renda no campo é semelhante à do meio urbano. O que indica que a cidade lança seu modo de organizar socialmente a vida para o meio rural, suprimindo, assim, a antiga distinção entre este e aquela (SORJ, 1980, p.19).

Logo após assumir o poder, os militares incluíram entre suas metas de governo a reforma agrária e a política agrícola. Assim, um grupo de trabalho foi instituído para, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, elaborar um projeto de lei de reforma agrária, o chamado Estatuto da Terra foi fruto das atividades desse grupo de trabalho. Em 30 de novembro de 1964, o Marechal Humberto Castelo Branco sancionou a Lei nº4.504, que aprovava o referido Estatuto. Como destaca Linhares e Teixeira da Silva (1999), o Estatuto da Terra constituiu-se em uma das principais medidas concernentes à questão agrária nacional. Composto de 128 artigos versava, principalmente, sobre a questão da reforma agrária e da política agrícola a serem instituídas a partir de então, como destaca seu artigo primeiro.

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL. Estatuto da Terra, art 1º. 1964)

Apesar da proposta de reformulação da estrutura fundiária no país, o que se verificou foi uma reafirmação da concentração fundiária. Como defende Linhares e Teixeira da Silva (1999), o Estado militar foi obrigado a tocar na questão agrária. Durante a vigência do regime, todavia, qualquer manifestação pela reforma agrária, ou mobilização de trabalhadores foi vista como ato de subversão e, como tal, severamente punido.

Não obstante a discussão da questão agrária relacionada com os aspectos socioeconômicos, o interesse dos militares pelo campo ganha ênfase com a chamada “segurança nacional”. Ou seja, havia uma preocupação dos militares com a possibilidade do surgimento de guerrilhas rurais que pudessem desestruturar o regime. Logo, foi proposta uma análise técnica da questão agrária e sua “despolitização”, claramente explicitada na teoria do bolo, ou seja, primeiro era necessário fazer o bolo (riqueza nacional) crescer para então dividi-lo. (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p.184).

Como defende IANNI (1977), o modelo econômico adotado pelos militares favoreceu o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. A política econômica oficial, nos “anos de chumbo”<sup>1</sup>, ensejou uma intensa acumulação capitalista, o que propiciou o aumento de oferta de capital estrangeiro no setor agrícola. Recursos estes que proporcionaram a implantação de um plano de crédito para a formação, expansão, crescimento e modernização da empresa agrícola, seja na pecuária ou na agroindústria. Este processo gerou implantação de um modelo desigual da modernização no campo.

Tratou-se de passar de um padrão “agrário” montado sobre a exploração do trabalhador e o sufocamento do minifúndio pelo latifúndio, para um padrão baseado no acesso a incentivos fiscais e financiamento. Como os demais setores da sociedade, o setor agrário também passou por um processo de “despolitização”. A questão da terra foi entendida como problema para técnicos e militares e não como problema político.

---

<sup>1</sup> A passagem das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, foi marcada pela atuação mais violenta da ditadura, haja vista a edição do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968. Os anos do governo do general Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974, ficaram conhecidos como “anos de chumbo”. Este período foi marcado pela imposição de medidas arbitrárias envolvendo prisões, mortes e torturas ofuscadas pelo crescimento econômico impulsionado pelo próprio Estado autoritário. (cf. DINIZ, 2014, p.1).

Ao contrário de dividir a propriedade, o regime militar brasileiro promoveu a modernização do latifúndio por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante. Logo, a junção de propriedade rural, bancos (responsáveis pela oferta oficial de crédito) e capital monopolista fundamentaram o processo de modernização conservadora no campo. Como defende Graziano da Silva (1982), o desenvolvimento do capitalismo no campo serviu, em grande parte, para a manutenção de uma estrutura agrária concentrada no latifúndio, que agora, moderno, seria entendido como uma empresa rural. Ficou evidente a intenção do governo em garantir o desenvolvimento da empresa rural deixando a reforma agrária esquecida. “O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural.” (MARTINS, 1985, p.33)

Com a militarização da política, verificou-se a interferência do Estado militarizado em todos os setores da economia nacional. Isto foi possível graças à estrutura político-administrativa adotada, em que o poder Executivo se impôs aos demais poderes, esta condição favoreceu a aplicabilidade dos planos governamentais. O primeiro deles foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implantado no governo do Mal. Castelo Branco no período de novembro de 1964 a março de 1967. O PAEG teve como diretrizes principais: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico nacional; conter o processo inflacionário nos dois primeiros anos, a fim de possibilitar melhores condições até 1966; conter tensões sociais via o melhoramento das condições de vida, ou via política de investimento; assegurar aumento de emprego e conter o déficit da balança de pagamentos. "O objetivo primordial do PAEG foi, sem dúvida, o combate ao processo inflacionário intenso que minava a economia brasileira desde 1959" (MARTONE, 2001, p.80).

Em relação à agropecuária, o PAEG previa práticas de ação sobre o meio rural que visavam: à facilitação das exportações, ao aprimoramento da política de preços mínimos, à expansão do crédito agrícola, ao aumento da capacidade de produção de alimentos. Também visavam à oferta de incentivos à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas, ao incentivo a investimentos em mecanização, pesquisa e aperfeiçoamento de métodos de produção, entre outros.

[...] o plano reconhece [...] como obstáculo à inovação, a profunda disparidade na distribuição da terra no Brasil, o já conhecido problema da estrutura agrária, indicando como malformação não apenas a muito grande (que dificulta a utilização mais eficiente da terra e da mão-de-obra), mas também a muito pequena propriedade (que dificulta a entronização de maquinaria). Apesar disso e de verificar a necessidade de desmontar o sistema de força dos latifúndios, o plano apresenta uma proposta bastante

moderada de reforma agrária, pois entende que não existe grande excedente de mão-de-obra, relativamente aos sistemas e técnicas prevaletentes no uso da terra, indicando como um dos pontos essenciais a ser sobrelevado, a regulamentação das relações contratuais no campo. (GONÇALVES NETO, 1997, p.128).

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) - 1968-1970 - do governo Costa e Silva, apesar de propor um desenvolvimento autossustentável no país, buscando a “valorização do homem brasileiro”, na prática, seguiu as diretrizes do PAEG. Para o setor agropastoril, o PED contemplou, em primeiro lugar, duas áreas estratégicas: a modernização do sistema de abastecimento e a mudança de tecnologia na agricultura. Quanto a esta, o objetivo do PED era realizar a revolução tecnológica na agricultura, cujo papel, no estágio de desenvolvimento seguinte seria medido não apenas pela sua contribuição direta ao crescimento do produto, mas também pela criação de mercado mais amplo para a produção industrial, como explica Gonçalves Neto (1997).

O governo Garrastazu Médici (1970-1974) lançou, em outubro de 1970, o Programa de Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973). Tal programa visou à consolidação de um sistema econômico de equilíbrio entre governo e setor privado, com a presença da empresa pública, da empresa privada nacional e da empresa estrangeira, em proporção que assegurasse, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema, como aponta Ianni (1977). Para o setor agrícola, o plano prescrevia: a aplicação de um sistema de apoio financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços; a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona dos “Cerrados”), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; a realização da Reforma Agrária, nas áreas em que o sistema de produtividade da terra constituísse obstáculo ao aumento de produtividade e à melhoria de condições do trabalhador rural; transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos (GONÇALVES NETO, 1997).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de 1972 a 1974, teve como principal objetivo colocar o Brasil entre os países desenvolvidos. Com relação à agricultura, como destaca Gonçalves Neto (1997), pela primeira vez, não apontou a estrutura agrícola como retardatária em relação ao processo de desenvolvimento econômico nacional, nem utilizou a expressão “reforma agrária”. Para o setor agrário, os principais objetivos consistiam em:

desenvolver uma agricultura moderna e empresarial, no centro-sul; viabilizar a agricultura no Nordeste; modernizar tanto a comercialização quanto a distribuição dos produtos agrícolas; entre outros.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975 a 1979, foi colocado em prática durante o governo do general Ernesto Geisel, exercido no mesmo período. No texto deste plano, o setor agrícola ocupa uma posição estratégica, ou seja: por um lado, oferecer contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador; por outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados.

Conforma análise de Patrícia de Oliveira Matos (2002), o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), previsto para os anos 1980 a 1985, foi elaborado no ano de 1979 durante o governo do general João Baptista Figueiredo, sob a coordenação do ministro Delfim Neto. Neste III PND ficou definido como estratégia fundamental de ação prioritária o investimento no setor agrícola e na geração de novas fontes de energia que garantissem o desenvolvimento do país. No entanto, nenhuma das metas do plano foi posta em prática, pois o mesmo não foi implantado de fato. O contexto era desfavorável devido à crise econômica aguda e, apesar de ter sido elaborado, aprovado e publicado pelo governo, o plano foi esquecido, o que revelou a total crise também governamental, que sequer conseguiu criar condições para sua execução.

A partir de 1964, observou-se a implantação de um projeto de desenvolvimento do agro nacional. Mas, como já foi dito, o objetivo não era promover melhoria das condições de vida do homem do campo; pelo contrário, o que se viu foi sua expulsão da terra onde, até então, produzira alimento para si e a família.

Em nenhum momento, antes e depois do golpe (...) houve qualquer intenção de realizar no país uma reforma agrária ampla e maciça, compatível com o nível e o ritmo das reivindicações dos trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para o seu trabalho. (MARTINS, 1985, p.40).

Na verdade, a política agrícola se sobrepôs à proposta de reforma agrária apresentada pelo Estatuto da Terra. É neste ponto que se encontra a base da chamada modernização conservadora: desenvolvimento de culturas específicas e manutenção, ou até mesmo reconcentração, da estrutura fundiária.

Nesses desdobramentos do capitalismo no campo, a questão agrária passou a ser vista como problema social e isto dificultou a identificação da irracionalidade do capitalismo como

causa dessa mesma questão agrária. Assim, o que se viu foi uma transferência, para o trabalhador, da responsabilidade de obstruir a plena realização da expansão capitalista na propriedade que agora se modernizava.

Modernização patológica porque, aliás subsidiada pelo Estado, se dá mais rapidamente do que a capacidade da sociedade, no seu conjunto, criar alternativas de trabalho e de adaptação para os trabalhadores que esse modelo de desenvolvimento descarta e exclui. (MARTINS, 2002, p.171).

Aqui uma questão nos inquieta, como essas transformações que impulsionaram uma modernização conservadora no campo afetaram a vida dos trabalhadores rurais? Como destaca Moacir Palmeira (1989), essa modernização que não alterou a estrutura fundiária gerou consequências perversas. Dentre elas a intensificação do êxodo rural, o aumento da exploração da força de trabalho nas atividades da produção agrícola, de um modo geral, tornou pior a vida da população trabalhadora no campo. De fato, as mudanças no setor agrícola, impulsionadas pela modernização, geraram profundas e permanentes transformações na dinâmica da distribuição espacial dos trabalhadores. Palmeira (1989) deixa claro que não podemos fazer uma associação simplista "causa-efeito" entre o processo de modernização e o êxodo rural. Não obstante, é inegável que este processo de modernização acelerou a mobilidade da população do campo.

Garcia e Palmeira (2001) apontam que desde os anos de 1950 houve uma mudança na lógica de relação entre os grandes proprietários rurais e a força de trabalho. A massa de trabalhadores dependentes, que vivia em terras de seus patrões, foi cada vez mais sendo expulsa dos domínios rurais. Isto, não pelo fato de buscarem a saída do campo para a cidade, pois muitas famílias de fato não queriam abandonar as atividades agrícolas, mas por fatores que alteraram a dinâmica da produção no campo. Em três décadas, a população brasileira passou de uma maioria que vivia no campo, 64% em 1950, para apenas 32% em 1980.

Como observa Palmeira (1989), o crescimento das migrações do campo para a cidade não foi sempre constante. Nos anos de 1960 houve uma queda e posterior aumento desse fluxo migratório, sendo que nesses anos de 1960 as migrações interurbanas foram mais significativas do que as do campo para a cidade. Nos anos de 1970, ao contrário, a principal alteração na configuração da população se deveu justamente à ida de pessoas do campo para a cidade.

O que há de novo no "êxodo rural" das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos

referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado (PALMEIRA, 1989, p.89).

Assim, como afirma Palmeira (1989), essa mudança que ocorreu, sobretudo nos anos de 1970 e 1980, da expulsão de trabalhadores, acarretou uma modificação na própria distribuição da população brasileira de um modo geral, que cada vez mais se urbanizou.

Como destaca Wilson Cano (2008), tivemos no Brasil meio século de acomodação social e regional. A expansão da economia, o processo de urbanização e consequente aumento do emprego nas cidades serviram como um "colchão" de acomodação social para conter os graves problemas sociais que ocorriam no país. Para este autor,

[...] o incessante e crescente movimento migratório nacional, até fins da década de 1970, tinha como força de atração a *Esperança* em busca de uma ocupação, de melhor padrão de vida. Após 1980, veio a estagnação, mas também a modernização rural, que acelerou o desemprego no campo, de maneira que aquela marcha alterou seu sentido para o da simples procura da *Sobrevivência*. (CANO, 2008, p.15).

Buscando entender um pouco da dinâmica da migração interna brasileira, podemos partir das análises de Cano (2008). Segundo ele, até o início dos anos de 1960 a expansão econômica marcada pela implantação da indústria "pesada" no Sudeste e pela abertura de novas áreas de ocupação/produção agrícola no Maranhão e Centro-Oeste-Distrito Federal serviram como amortecedores tanto para o êxodo rural quanto para a expansão demográfica urbana. Para Cano (2008), essa possibilidade de realocar os migrantes em outras áreas e evitar conflitos sociais de maior envergadura serviu também para a procrastinação da implantação da reforma agrária.

Após 1965, como observa Cano (2008), vimos uma aceleração no processo de modernização agrícola. Um dos motores de propulsão nesse processo foi o crédito agrícola, que estimulou a transformação do agro nacional, contribuindo para dois fatores perversos, a maior concentração da propriedade rural e a ampliação/aceleração do êxodo rural. "A mais radical foi a mudança no agro do Paraná, de onde, na década de 1970, saíram 924 mil paranaenses e 402 mil outros brasileiros nascidos em outros estados". (CANO, 2008, p.198).

Assim, como bem observa Cano (2008), do início dos anos de 1960 até os anos de 1980 notou-se no país a ampliação das áreas de expulsão líquida de migrantes. Inicialmente o Nordeste (exceto Maranhão até início de 1960, após os anos de 1970 também passa a ser área

de expulsão líquida), Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul eram os principais estados que tiveram um saldo migratório negativo, nos anos de 1960, além desses estados acrescenta-se o Maranhão nos anos de 1970. E, como foi dito anteriormente, a mudança mais radical, nos anos de 1980, foi no estado do Paraná que também passou a ter um saldo migratório negativo. Entre estes anos cerca de oito milhões de brasileiros migraram de um estado para outro no país, pelo menos uma vez.

As migrações internas foram resultado de uma série de transformações que ocorreram nas atividades produtivas do campo e da cidade. Tanto o processo de urbanização-industrialização e a modernização que atingiram o setor agrário brasileiro acarretaram alterações na configuração da localização da população brasileira. As migrações internas podem ser vistas como resultado, entre outros fatores, do rearranjo espacial das atividades econômicas; dito de outro modo, a redistribuição espacial da população foi uma forma de se adaptar a tais modificações das atividades econômicas.

## 2. POPULAÇÃO, MIGRAÇÃO INTERNA, PLANEJAMENTO REGIONAL E SUDECO.

O objetivo central deste capítulo é apresentar a distribuição da população brasileira nos anos de 1960/1980 tendo em vista as grandes regiões geográficas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao tratar das regiões Centro-Oeste e Norte, todavia, precisamos ter em mente que na divisão do IBGE Rondônia pertencia à região Norte e nas atribuições da SUDECO, Rondônia pertencia à região Centro-Oeste. Neste capítulo, buscamos, também, discutir os conceitos de migração interna e política migratória e, ademais, verificar como o fluxo migratório interno desse período foi direcionado para o Centro-Norte do país.

### 2.1 POPULAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1980.

Antes de debruçarmos sobre a questão da migração interna, faz-se necessário abordarmos como a população brasileira se configurava entre os anos de 1960 e 1980. Nesse primeiro momento nossa atenção esteve nos dados coletados pelo IBGE, material que nos deu um balanço das características gerais da população brasileira. Antes de avançarmos, devemos ter em mente os seguintes conceitos, utilizados pelo IBGE, para nortear nosso entendimento sobre o tema, *população presente e população recenseada*.

População residente (ou população presente) significa o conjunto de pessoas que possuíam domicílio no local de residência e à data do censo estavam presentes, em outros termos, moradores presentes; também pessoas que não tinham moradia fixa no domicílio, mas lá estavam à data do censo, em outros termos, não-moradores presentes. Já a população recenseada significa o conjunto de pessoas que compunham a população residente acrescida dos moradores ausentes, estes eram assim considerados, pois possuíam local de residência habitual no local onde se fez a pesquisa, porém estavam ausentes à data do censo por um período não superior a 12 meses. Dessa forma, o número absoluto da população recenseada tende a ser maior que o número da população residente.

O censo de 1980 indicou que a população brasileira residente era de 119.098.992 habitantes, uma taxa média geométrica de crescimento de 2,48% a.a., entre 1970/1980. Este crescimento foi inferior ao observado nos anos anteriores No período de 1950/1960 tivemos uma taxa de 2,99% a.a., entre 1960/1970 de 2,89% a.a., o que revelou um declínio constante

do crescimento da população brasileira, sendo este declínio mais acentuado entre 1970 e 1980 se comparado com o ritmo anterior, conforme vemos na Tabela 01. O importante nessa referência do crescimento da população brasileira foi que houve, majoritariamente, um incremento populacional devido ao crescimento vegetativo. Este é o índice obtido por meio da diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade de uma determinada região, ou mesmo de um país. Associando-se o índice migratório ao crescimento vegetativo conseguimos perceber o crescimento demográfico do local em estudo. Considerando-se que, posteriormente ao período das Guerras Mundiais, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, observamos um fluxo quase nulo de correntes migratórias internacionais para o Brasil, o grande responsável pelo incremento populacional foi o crescimento interno da população.

Tabela 01. População residente nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual

Data dos Recenseamentos	População Residente	Taxa Média Geométrica de Crescimento anual (%)
01/07/1950	51.942.767	2,39(1)
01/09/1960	79.070.457	2,99
01/09/1970	93.215.311	2,89
01/09/1980	119.098.992	2,48

Fonte: Adaptado de IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, volume 01, Tomo 01, Número 01, IBGE: Rio de Janeiro, 1981. 1) Taxa média referente ao período de 1940-1950.

Como aponta Cano (2008), até a Primeira Guerra Mundial o estado do Rio de Janeiro configurou-se como o ponto de atração mais importante para os migrantes internos, mesmo com a redução da área cafeeira dessa região nas primeiras décadas do século XX. Uma das áreas de atração, a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal, especializou-se nas atividades terciárias o que fez dela a maior receptora de migrantes nacionais, vindos da região Norte e do Espírito Santo e a segunda maior a receber mineiros e nordestinos. Já no estado de São Paulo, até início da Primeira Guerra Mundial, o grande fluxo de pessoas era de imigrantes europeus e japoneses. Todavia, o grande desenvolvimento da economia estadunidense nos anos de 1920 redirecionou boa parte desse fluxo migratório internacional, o que resultou numa redução significativa deste fluxo para o Brasil. Observou-se, por outro lado, uma intensificação da migração interna nacional.

Segundo Milton da Mata *et.al.* (1973), o governo e a sociedade demoraram para compreender os problemas gerados pela pressão que as migrações descontroladas

ocasionariam no contexto dos anos de 1960/1980. Para os fins desta dissertação, tornou-se de suma importância não apenas compreender como se deram as migrações, mas também conhecer as políticas adotadas quanto a esta questão. Cabe destacar que podemos dividir os fluxos migratórios em algumas categorias: fluxos intra-regionais e inter-regionais; e fluxos rurais-rurais, rurais-urbanos, urbanos-rurais e urbanos-urbanos. Tal categorização foi proposta pelo próprio IBGE, em sua metodologia de trabalho na realização dos censos a partir de 1970. Nessa conceituação levou em conta os movimentos migratórios a partir do questionamento se o entrevistado havia nascido no Município de residência à data do censo. Além disso, tratou também do tempo de residência ininterrupta na Unidade da Federação e no Município, o lugar de procedência e a situação de estar em área urbana ou rural de onde havia migrado.

O IBGE tratou de dois conceitos principais de migração. Como destaca Mata *et.al.* (1973), em um dos conceitos levou em consideração o lugar de nascimento e a residência à data do censo; e por sua vez o outro conceito levou em conta o último deslocamento realizado, ou seja, comparou-se o local de residência atual e o imediatamente anterior, sem fazer referência ao lugar de nascimento. Não obstante, o volume total de migração não se altera tendo em vista que, nos dois conceitos, sobrepôs-se o conceito maior de migração, isto é: toda pessoa era considerada migrante, caso não residisse no município de nascimento à data do censo.

Outra questão adicional que devemos ter em foco é que se trabalhou com uma diferenciação entre o fluxo migratório inter-regional e intra-regional, região aqui entendida como as cinco previstas pelos IBGE (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). No caso do fluxo migratório inter-regional ocorreu na situação em que à data do censo o indivíduo estava em um local fora de seu lugar de nascimento, sobretudo a mais de um ano, e também fora de sua região e lá possuía moradia fixa (própria ou não). No fluxo intra-regional o indivíduo havia migrado, também há mais de um ano, para outro local diferente do seu local de nascimento, mas ainda dentro da região e, também, lá possuía moradia fixa.

Logo, o crescimento vegetativo foi o grande fator responsável pelo incremento de aproximadamente 25,9 milhões de pessoas entre os anos 1970 e 1980. Um número absoluto bem superior aos cerca de 14,1 milhões de pessoas do decênio imediatamente anterior, 1960/1970, mas em termos relativos houve uma queda no crescimento populacional como já dissemos. Além disso, a distribuição da população não ocorreu de forma uniforme, pelo contrário, observou-se uma concentração significativa da população nas regiões Sudeste (43,4%) e Nordeste (29,2%), que juntas correspondiam a aproximadamente 72% de toda a

população brasileira à data do censo de 1980. Tal concentração foi constante na distribuição da população no Brasil, como veremos na Tabela 02, em que as duas regiões, Nordeste e Sudeste, tiveram uma concentração quase constante na ordem média acima de 70%.

Esta concentração persistente na distribuição da população brasileira pode ser entendida, entre outros fatores, por conta da maneira como se deu a ocupação do território brasileiro que, por longa data, foi ocupado nas áreas mais próximas ao litoral. Daí Nordeste e Sudeste serem as duas regiões que, historicamente, concentraram maiores contingentes populacionais, evidência essa que se mostra até nossos dias. Mesmo com uma alta concentração da população, existiram algumas diferenças, enquanto a região Sudeste foi nesse período 1960/1980 a maior receptora de migrantes internos, a região Nordeste foi a que teve a maior saída de migrantes. Conforme vemos na Tabela 02, a população brasileira (ou de pessoas que aqui residiam na data dos censos, mesmo não sendo brasileiros natos ou naturalizados) esteve concentrada entre os anos de 1960/1980 na seguinte ordem: Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Tabela 02. População Recenseada nas datas dos Recenseamos Gerais. 1960-1980.

	01-09-1960		01-09-1970		01-09-1980	
	Valores Absolutos	% sobre o Total	Valores Absolutos	% sobre o Total	Valores Absolutos	% sobre o Total
Brasil	70.992.343	100	94.508.583	100	121.150.573	100
Norte	2.601.519	3,67	3.650.750	3,86	6.028.561	4,98
Nordeste	22.428.873	31,59	28.675.110	30,34	35.419.156	29,23
Sudeste	31.062.978	43,76	40.331.969	42,68	52.580.527	43,40
Sul	11.892.107	16,75	16.683.551	17,65	19.380.126	16,00
Centro-Oeste	3.006.866	4,23	5.167.203	5,47	7.742.203	6,39

Fonte: Adaptado de IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, volume 01, Tomo 01, Número 01, IBGE: Rio de Janeiro, 1981. 1) Taxa média referente ao período de 1940-1950.

Apesar de os números absolutos serem crescentes para todas as regiões brasileiras, ao analisarmos os dados da tabela 02 percebemos que houve um crescimento percentual constante da participação das regiões Norte e Centro-Oeste na composição da população brasileira. Entendemos que este aumento esteve principalmente ligado à migração interna para essas regiões e, secundariamente, ao crescimento vegetativo de suas populações. Ao contrário, a região Nordeste foi a que apresentou uma perda percentual constante nesse período entre 1970/1980. Cano (2008), ao analisar o fluxo migratório inter-regional no Brasil, aponta que do início dos anos de 1970 até os anos de 1980, houve no país a ampliação das áreas de

expulsão líquida de migrantes; a principal delas foi o Nordeste, exceto o Maranhão, que era receptor até 1960/1970 e passou a ser expulsor após 1970/1980.

Os dados apontam que o Nordeste (excluindo Maranhão), no período de 1970/1980, recebeu aproximadamente 214,4 mil pessoas enquanto que a saída foi de cerca de 2,09 milhões de pessoas, o que resultou em um saldo migratório negativo de mais de 1,87 milhões de migrantes. Os principais destinos desses migrantes nordestinos foram: São Paulo (47,8%), Rio de Janeiro (18,7%) e o Centro-Oeste (12,9%). O Maranhão, que até os anos de 1960, foi uma exceção da região Nordeste, sendo área de atração de migrantes, apresentou gradativamente uma queda na sua capacidade receptora. Este estado recebeu aproximadamente 29 mil migrantes a menos no período de 1960/1970, do que no decênio anterior, não obstante ter um saldo migratório positivo. Já entre os anos de 1970/1980 se tornou, assim como os demais estados da região Nordeste, expulsor líquido. O total bruto de saídas entre 1970/1980 foi da ordem de 247.702 pessoas, com destinos principais a região Norte (48%), a região Centro-Oeste (14,5%) e outros estados da região Nordeste (13,7%). Enquanto isso, no mesmo período, teve uma entrada de apenas 35.154 migrantes para seu território.

As regiões Sudeste e Sul apresentaram uma variação irregular, sendo que esta última apresentou a maior queda na participação da composição da população. Um dos motivos para tal fato foi a saída de numerosos migrantes, sobretudo do Paraná, como apontamos no final do primeiro capítulo. O Paraná teve uma taxa de crescimento de apenas 0,97% a.a. no período de 1970/1980 e a expulsão de migrantes ultrapassou a casa dos 920 mil. Segundo Cano (2008), Santa Catarina e Rio Grande Sul eram os principais estados que tiveram um saldo migratório negativo no decênio anterior, 1960/1970. Desse modo as migrações internas foram um dos fatores que contribuíram diretamente na alteração da proporção da população brasileira dentro do território nacional.

Diante dos dados acima, bem como os da Tabela 03, apresentados a seguir, surge uma questão: quais foram os motivos que fizeram com que as regiões Norte e Centro-Oeste tivessem uma taxa média de crescimento geométrico bem acima da média das demais regiões no período de 1960/1980? Como poderemos ver na tabela 03, a região Norte foi a que apresentou a maior taxa de crescimento populacional, sendo que no período de 1970/1980 a taxa foi superior ao dobro observado no crescimento nacional, chegando à casa dos 5,02% a.a. A região Centro-Oeste também apresentou uma taxa média bem superior à nacional e das demais regiões (exceto Norte), pois apresentou uma taxa de 4,05 a.a. no período de 1970/1980

e de 5,60% a.a. no decênio anterior, a maior taxa em todo o período, o que pode ser explicado principalmente pela construção de Brasília.

Tabela 03. Variação absoluta e relativa da população, densidade demográfica e taxa média geométrica de crescimento anual por grandes regiões.

Brasil e Grandes Regiões	Variação 1970/1980 <sup>1</sup>		Taxa média geométrica de Crescimento <sup>3</sup>		
	Absoluta	Relativa(%)	1950/1960	1960/1970	1970/1980
Brasil	25.883.681	27,8	2,99	2,89	2,48
Norte	2.290.965	63,6	3,34	3,47	5,02
Nordeste	6.711.829	23,8	2,08	2,40	2,16
Sudeste	11.880.026	29,8	3,06	2,67	2,64
Sul	2.525.944	15,3	4,07	3,45	1,44
Centro- Oeste	2.474.917	48,7	5,36	5,60	4,05

Fontes: 1. População residente. 2. População Recenseada. 3 População residente **Adaptado** de Tabela 1.10 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010 Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>, acessado em 11 de fevereiro de 2017. e Tabela 1 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1950/2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/tabela01.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela01.shtm), acessado em 11 de fevereiro de 2017.

Entendemos que uma das respostas mais plausíveis para esta questão esteja no fato de que isso decorreu da política de migrações internas do Estado militarizado, naquele período; ou seja, foi fruto de uma série de ações do planejamento econômico governamental.

## 2.2 MIGRAÇÕES INTERNAS, SUDECO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL.

Assim como os demais fenômenos sociais, as migrações internas devem ser entendidas em seu aspecto histórico, ou seja, sendo integradas a outros processos globais de mudança, como observa Singer (1976). Um dos principais motivos da alteração na distribuição espacial de atividades produtivas e de pessoas foi o processo de industrialização, uma vez que tal mudança implicou na ampla transferência de atividades e, paralelamente, de pessoas do campo para as cidades. Não obstante, estas alterações, nos moldes do capitalismo, tenderam ao favorecimento de apenas algumas regiões dentro do próprio país, esvaziando as demais

regiões pelo processo de perda populacional, neste caso, dentro do processo conhecido como êxodo rural, principalmente.

Ravenstein (1885) foi um dos primeiros teóricos a se preocupar em compreender as causas que levavam numerosos indivíduos a migrarem, apesar de lançar mão da terminologia de "leis da migração", (aqui compreendemos que não podemos definir "leis gerais" para os fenômenos humanos). A contribuição dele foi importante no sentido de que a partir das "leis" por ele enunciadas, podemos perceber certas tendências e características que ocorreram no processo de migração interna no Brasil. Para o autor, existiram algumas características principais desse processo migratório: 1) os movimentos migratórios estiveram intimamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo; 2) a população e as atividades econômicas foram distribuídas de forma desigual no território, o que implicou em áreas de atração, principalmente regiões com grande desenvolvimento comercial e industrial e áreas de expulsão de mão de obra, sobretudo regiões agrícolas; 3) o principal propulsor dos movimentos migratórios foi a procura por emprego nos grandes centros industrializados; 4) os migrantes se deslocaram na procura de melhores condições de vida.

Interessa-nos aqui, também, a classificação proposta por Paul Singer (1976), concernente aos fatores de expulsão que ocasionaram as migrações. Este autor defende que tais fatores podem ser classificados em dois aspectos

[...] fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego (...); e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1976, p.223-224).

Os fatores de expulsão se referem, sobretudo, às áreas rurais onde originaram correntes migratórias mesmo quando foram atingidas por efeitos propulsores. Isto se explica em parte, como observamos no primeiro capítulo, pelo processo de modernização conservadora no Brasil que promoveu a expulsão de mão de obra pela substituição de máquinas agrícolas, em especial tratores, arados, colheitadeiras, etc. Desse modo à medida que o processo de modernização estimulou e financiou a entrada de máquinas agrícolas, que geraram mais crescimento econômico para o setor agrícola (fatores de mudança), acarretou um aumento no êxodo rural. Estes trabalhadores sofreram com o desemprego estrutural visto que sua força de trabalho não foi mais necessária por conta das máquinas, um exemplo disso

foram as lavouras de soja, símbolo da modernização agrícola no cerrado, onde não se via a presença de trabalhadores fazendo a colheita e sim uma colheita mecanizada.

A distinção entre áreas de migração sujeita a fatores de mudança e áreas sujeitas a fatores de estagnação permite visualizar melhor as consequências do processo migratório. Onde ocorreu o processo migratório a partir de fatores de mudança houve perda de população, mas a produtividade aumentou. Em contrapartida, em áreas em que houve perda populacional desencadeada por fatores de estagnação, viu-se a deterioração das condições de vida. Tais áreas funcionaram às vezes como "viveiros de mão de obra", como destaca Singer (1976), para os latifundiários e grandes exploradores agrícolas capitalistas.

O número de migrantes que contribui para expandir a oferta de força de trabalho urbano depende, predominantemente, dos fatores de expulsão: os fatores de expulsão criam uma espécie de desemprego tecnológico na área rural, sendo a dimensão deste desemprego uma função do aumento da produtividade do trabalho agrícola e da sua especialização, ao passo que os fatores de estagnação produzem um fluxo de emigração cujo volume depende da taxa de crescimento vegetativo da população em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra. (SINGER, 1976, p.227).

Os fatores de expulsão demarcaram as regiões de onde se originaram os fluxos migratórios, *pari passu*, os fatores de atração estabeleceram a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinaram. Dentre os fatores de atração o mais significativo foi aquele em que houve uma crescente demanda de força de trabalho. Importante observar que esta demanda de força de trabalho foi ocasionada tanto pelas empresas industriais como também por conta da expansão dos serviços executados por empresas capitalistas, como os prestados por repartições governamentais (nosso maior exemplo foi Brasília), empresas públicas, bem como por indivíduos autônomos. Tal demanda foi entendida como o catalisador de "oportunidades econômicas", atraindo migrantes para tais áreas de crescimento econômico, visto que estes poderiam auferir uma melhor condição do que a que tivera antes.

Um dos objetivos que perseguimos neste trabalho está sendo compreender como o Estado atuou no sentido de orientar este fluxo migratório, indicando as áreas de atração e até mesmo criando tais áreas por meio da aplicação de investimentos. Estes ocasionaram a demanda desse fluxo migratório, em áreas em que se estabeleceram polos de crescimento.

Vainer (1986) observa que a análise sobre migrações foi um dos temas recorrentes nas discussões sobre a história brasileira, não obstante, o autor defende a importância da discussão do tema relacionando as migrações com a ação governamental. Esta se mostrou crucial no sentido da mobilização e deslocamento de uma grande quantidade de população dentro do

território nacional. Neste trabalho, focamos os deslocamentos internos, no que se denominou *migrações internas*. Buscamos apresentar como as ações do planejamento governamental interferiram na configuração demográfica do país, deslocando pessoas no interior do território nacional. Dessa forma, a política migratória deve ser compreendida a partir dos objetivos pelos quais ela visou, pelos mecanismos que utilizou para sua execução e também pelo campo de intervenção ao qual se destinou. A política migratória se definiu justamente pelo seu objetivo e campo de atuação a "migração".

[...] o simples enunciado de *migração* remete ao fato de que uma população se distribui no espaço de uma determinada maneira e que deslocamentos de população neste espaço alteram a distribuição pré-existente. Toda vez que se fala de *migração* está-se falando de localização, distribuição e deslocamento no espaço; e, mais precisamente, para a imensa maioria dos enunciados, está-se falando de localização, distribuição de deslocamento de trabalho/trabalhadores no espaço. (VAINER, 1986, p.10-11, grifo do autor)

Para compreender a questão das migrações internas devemos inevitavelmente compreender as diretrizes da política migratória. Esta deve ser entendida como uma ação vinculada à atuação do Estado que buscou, não apenas no discurso, mas também na prática, ordenar a população a fim de atender às demandas socioeconômicas no período em que estivemos sob a tutela dos governos militares, deslocando, sobretudo trabalhadores de um local para outro. Localizou territorialmente a massa de trabalhadores e assim, mais que um processo de migração espontâneo, vimos um fenômeno de *migrações dirigidas*, ou seja, o Estado definia as rotas de migração a partir da demanda de atividades econômicas. Os governos militares atuaram no sentido de planejar o deslocamento da massa trabalhadora e de "orientar" a rota migratória.

Os governos militares já em seus primeiros anos de atuação estabeleceram, pelo decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, a reestruturação da administração federal, prevendo, entre outras medidas, a criação e atuação do Ministério do Interior (MINTER). No estudo das migrações internas, compreender a atuação do MINTER se mostrou fundamental, uma vez que coube a este Ministério, entre outras atribuições, o "desenvolvimento regional" e a "radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas." (BRASIL, Decreto-lei nº200 Art. 39, Minter, inciso I e II). Nesse sentido, a questão do deslocamento populacional e a gestão territorial estiveram diretamente imbricadas. O governo federal adotou o que Vainer (1986) definiu como *política migratória*.

Coube também ao Ministério do Interior jurisdicionar as Superintendências de Desenvolvimento Regional. Como destaca Marco Aurélio de Araújo (2012), a SUDENE foi a

precursora das superintendências, servindo de modelo para a criação de novas, e também como parâmetro para o planejamento regional, como apontamos no capítulo primeiro. Após a criação da SUDENE em 1959, seguiu-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em outubro de 1966, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em fevereiro de 1967, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), ambas em dezembro de 1967, além de outras.

A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi criada em 1967 pela lei nº 5.365, como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior. Em seu segundo artigo a lei de fundação da SUDECO estabeleceu sua vinculação às diretrizes gerais do planejamento governamental, bem como associou sua atuação aos planos de desenvolvimento da região Centro-Oeste. Além disso, nas alíneas "b", "d", "e" e "f" desse mesmo artigo segundo, estabeleceu como meta a definição de espaços propensos ao desenvolvimento planejado e fixação de polos de crescimento, bem como a formação e fixação de grupos populacionais estáveis e a adoção de uma política que estimulasse a migração para a região Centro-Oeste. Em outros termos estava prevista a geração de polos de desenvolvimento que deveriam estimular o crescimento econômico e, conseqüentemente, populacional dessa área. Crescimento populacional este, ocasionado, em grande parte, pela migração dirigida para esta região.

Em menos de um ano após a fundação da SUDECO sua área de atuação foi ampliada,

Art. 1º - o § 1º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

'§1º - A área de atuação da SUDECO compreende os Estado de Goiás e Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia' (BRASIL, Lei nº 5.457/68)

Essa alteração foi importante e aqui nos interessa tendo em vista a integração do Território Federal de Rondônia à área da atuação da SUDECO. Em decreto de 1973 vemos uma das atribuições desta Superintendência.

Art. 1º. São atribuições da SUDECO dentro de sua finalidade de promover o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o planejamento integrado e a coordenação das atividades no espaço físico abrangente dos Estados de Mato Grosso e Goiás, do Território Federal de Rondônia e do Distrito Federal, atendidas as diretrizes do Planejamento Nacional. (BRASIL, Decreto n 72.777/73).

Pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, tinham sido criados os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, pelo

então presidente Getúlio Vargas. Interessa-nos o Território Federal do Guaporé, que corresponde à região do Estado de Rondônia. Em, 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek, pela lei nº 2.731, estabelece a mudança da nomenclatura de Território Federal do Guaporé, para Território Federal de Rondônia. Já em fins da ditadura, no governo do presidente João Batista Figueiredo, foi criado, pela lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, o Estado de Rondônia.

Aqui vemos que o Distrito Federal também foi incorporado à área de jurisdição da Superintendência. Como destaca Araújo (2012), a criação da SUDECO se deu em um contexto onde o planejamento regional passou a ser um instrumento fundamental para o poder do Estado Militarizado. Entre os objetivos principais desta instituição destacaram-se o de promover a criação de infraestrutura cujo fim era favorecer a exploração de recursos naturais que a região oferecia o que garantia à iniciativa privada e à burocracia estatal os seus lucros; concomitantemente, objetivou o incentivo ao processo de migração para esta área o que possibilitou a criação de uma base de mão de obra para a iniciativa privada e nacional explorar.

A SUDECO, assim como as demais superintendências, seguiu o princípio de um Estado orientado por programas e planos, e evidenciou a necessidade de estabelecer órgãos de planejamento para a execução desse fim, "(...) demonstra a importância que a racionalização e os levantamentos dos chamados 'recursos naturais e humanos' têm (teve) para o regime ditatorial instalado e para os setores empresariais que ele representava."(ABREU, 2001, p.74).

Uma das principais marcas do planejamento econômico governamental foi o Plano de Integração Nacional (PIN), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que vigorou entre os anos de 1970-1974, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Objetivou, principalmente, implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. O foco do projeto esteve no direcionamento da mão de obra nordestina que migrou de sua região, sobretudo em decorrência das grandes secas ocorridas em 1969 e 1970, associada à noção de "vazios demográficos" na região da Amazônia. Foram então cunhados lemas como "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terras". Pelo PIN ficou determinado que cem quilômetros em cada lado das estradas, sobretudo rodovias federais, deveriam ser utilizadas para a colonização de um contingente de aproximadamente 500 mil pessoas, em outros termos, a meta de assentar cem mil famílias.

Como observa Botelho e Becker (1995), as metas do PIN foram aplicadas, em termos regionais, pela SUDAM e pela SUDECO. Entre as metas estiveram: a integração nacional, ou

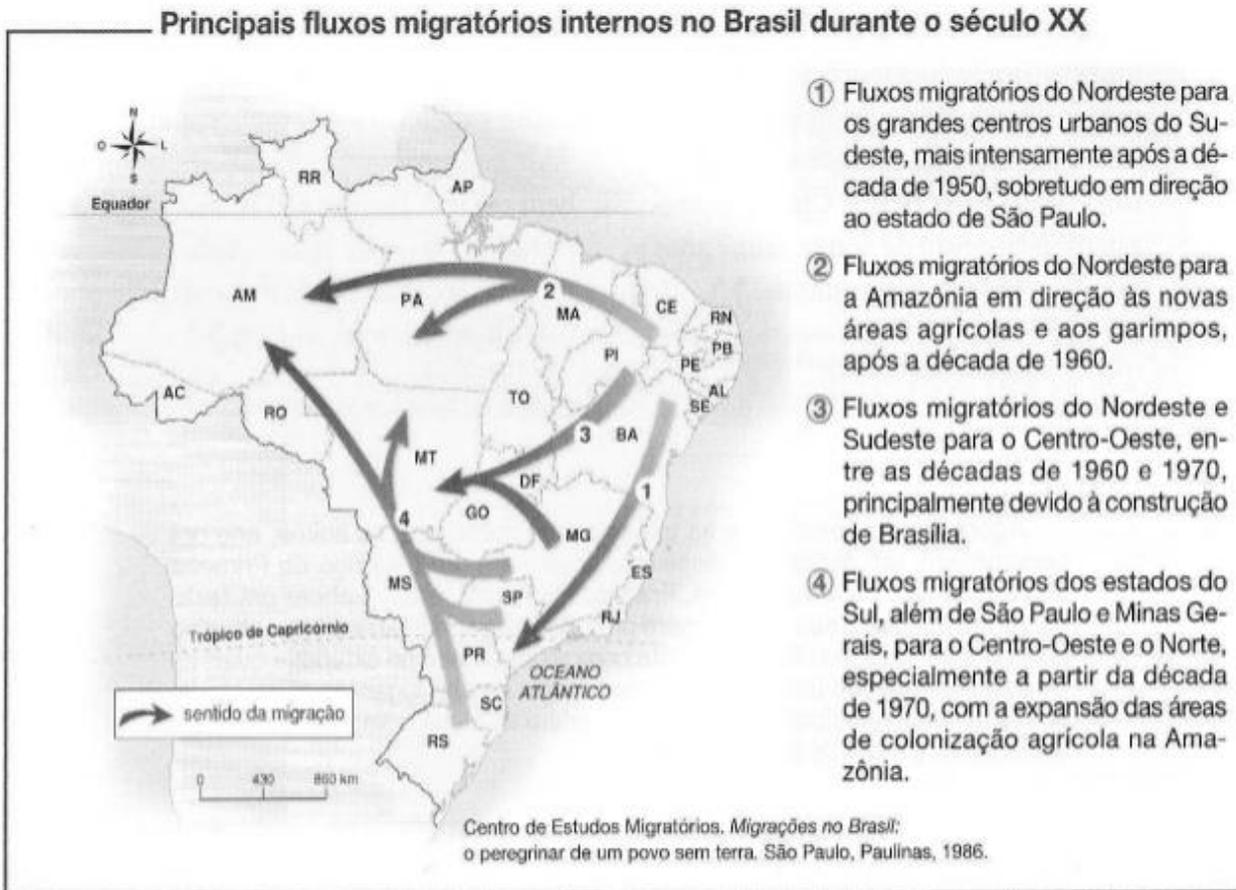
seja, integração das áreas do Norte com o Centro-Sul do país concernente ao fluxo de capitais, tecnologias e mercadorias; e o que mais nos interessa aqui, a geração de circunstâncias para absorver os excedentes populacionais de áreas nordestinas e do Centro-Sul, o que fez da região da Amazônia Legal<sup>2</sup> um dos locais de maior atração do excedente migratório nos anos de 1970. Isto contribuiu para a reorientação dos fluxos migratórios que em sua grande maioria iam para áreas metropolitanas no Centro-Sul, desse modo o governo por meio do planejamento estimulava a denominada migração dirigida.

Como podemos notar na ilustração 01, o grande fluxo de migrantes nordestinos nos anos de 1950 se dirigia para áreas do Centro-Sul, sobretudo para regiões metropolitanas do Sudeste, em especial para São Paulo. Entre os anos de 1960, o grande sentido do fluxo das migrações internas orientou-se na direção das áreas de mineração da região Amazônica. Nos anos de 1960 e 1970 também tivemos um grande fluxo de migrantes do Sudeste e Nordeste, principalmente, para o Centro-Oeste. Dois fatores explicaram esta orientação da rota migratória, os fatores de atração com a criação de Brasília e a expansão da área de produção agrícola nos cerrados do planalto central. Com o PIN e posteriormente com o I e II PND, tivemos como rota migratória principal a região da Amazônia Legal.

---

<sup>2</sup> Em 1953, através da Lei 1.806, de 06.01.1953, (criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul). Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. Com a Constituição Federal de 05.10.1988, é criado o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados. (SUDAM, Legislação da Amazônia, Disponível em <http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>, acessado em: 23 de janeiro de 2017).

Ilustração 01. Mapa dos principais fluxos migratórios século XX.



Fonte: CENTRO de Estudos Migratórios. *Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra*. São Paulo: Paulinas, 1986. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/PAULOIVER/migraoes-22405390>. Acessado em 15 janeiro de 2017.

O trabalho elaborado pelo MINTER, denominado de "Política de Migrações Internas", de 1975, apresentou a proposta para a estruturação de uma política nacional de migrações internas. O objetivo foi identificar e analisar as principais correntes migratórias, as intersecções entre as áreas de destino e origem, as migrações transitórias e as etapas intermediárias por onde estes migrantes transitavam entre origem-destino perfazendo assim o que o documento denomina de "processo de mobilidade geográfica do migrante". Desse modo, as ações políticas no campo do planejamento governamental previam o desenvolvimento socioeconômico e interferiram em vários aspectos tanto no estímulo às migrações e distribuições de população coordenando e normatizando as migrações internas.

Segundo o censo de 1970, cerca de 30 milhões de pessoas se enquadraram nesta definição, o mesmo censo do IBGE indicou que a população brasileira era de 93.215.311 milhões de habitantes residentes o que perfazia um percentual pouco menor que 30% de pessoas que se enquadravam como migrantes. Além disso, observou-se que entre os censos de

1960 e o de 1980 tivemos um incremento no quantitativo de pessoas que mudaram de uma região para outra, pelo menos uma vez, deixando claro que as migrações internas tiveram um crescimento constante no país nessas duas décadas.

Dentre as migrações internas os principais fluxos foram: 1) migrantes de destino urbano, origem na Região Nordeste com destino à região Sudeste; 2) migrantes de destino rural, origem nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul com destino à região Sul; 3) migrantes de destino urbano (sobretudo para o Distrito Federal) e também de destino rural, origem nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste para a região Centro-Oeste. Estes são os três principais fluxos migratórios observado no país no período de 1960-1970.

Uma pergunta que se apresenta a nós é quais fatores contribuem para tal mobilidade da população brasileira? Segundo o MINTER (1975) podemos elencar alguns desses elementos. Um primeiro argumento apresentado e que relaciona-se com a análise de Singer (1976) foi da heterogeneidade do crescimento econômico das regiões do país, ou seja, o crescimento de algumas áreas em detrimento de outras estimula, conseqüentemente, o processo e expulsão/atração de migrantes, isto tanto em áreas urbanas bem como rurais. Significativo notar que a estratégia adotada pelos governos brasileiros desde 1950, como vimos no primeiro capítulo, de aplicação de um planejamento governamental que previa a criação de polos de desenvolvimento na tentativa de conter ou minimizar o processo de migração acabou por estimulá-lo.

A ironia da situação está no fato de que, deste modo, o "desenvolvimento regional", que é originalmente concebido com o objetivo de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las. Cada novo "polo de desenvolvimento" assim criado encurta a distância percorrida pelos migrantes, que, em outras condições, acorriam aos centros nacionais, mas, ao mesmo tempo, contribui para concentração regional de atividades e, em conseqüência, para a multiplicação do número de migrantes. (SINGER, 1976, p.226)

Dentre os motivos da saída de população de algumas localidades, segundo análise do MINTER (1975), foram destacados, em princípio o fato de áreas onde se verificou perda generalizada de população, seja urbana ou rural, pela ocorrência de uma estagnação econômica das atividades produtivas. Exemplo desse processo se deu na região Centro-Oeste, nesta ocorreu uma intensa mobilidade intra-estadual, ou seja, as pessoas migraram mais dentro da própria unidade federativa, principalmente, de cidades com menos dinamismo econômico para áreas com maior dinamismo. Nesse caso não houve perda de população para outra região (migração inter-regional), como vemos na tabela 04.

Tabela 04 Migração intra-regional e intra-estadual segundo o censo de 1970 IBGE, segundo a população residente.

Destino	Origem			
	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Rondônia
Distrito Federal	<b>118.740</b>	69.960	3.448	214
Goiás	3.699	<b>2.180.740</b>	14.551	180
Mato Grosso	387	36.893	<b>1.051.724</b>	412
Rondônia <sup>1</sup>	214	420	3.038	<b>58.952</b>
Demais Regiões	9.056	73.713	86.086	7.761
Total de Saídas	132.096	2.361.726	1.158.847	67.519

Fonte: (1) Inserimos Rondônia por conta da regionalização proposta pela SUDECO. Censo IBGE 1970.

Um segundo motivo, apontado pelo MINTER (1975), verificou em áreas de perda de população rural dois movimentos diferentes. Houve áreas em que a expulsão de pessoas foi pelo processo de substituição de mão de obra, sobretudo pela mecanização agrícola, não obstante tais áreas demonstrarem um dinamismo econômico; em outras regiões a perda da população se deveu à alternância da atividade produtiva, principalmente pela substituição da lavoura pela pecuária. Exemplo desse processo foi o oeste de São Paulo que no período intercensitário de 1960-1970 perdeu população rural sem necessariamente ganhar na população urbana. Tal perda populacional não ocasionou problema econômico tendo em vista o dinamismo da produção agrícola nessa região, inclusive o processo de mecanização foi o responsável em grande medida desse êxodo rural. Enquanto que em áreas como na Zona da Mata mineira e norte fluminense tivemos o processo de pecuarização da lavoura.

Um terceiro fator observado foi a perda de população pela migração, mas que não gerou necessariamente uma redução tão significativa na contagem total da população tendo em vista os fortes índices de crescimento vegetativo, exemplo desse fenômeno são algumas cidades no Nordeste, apesar de apresentar um saldo migratório global negativo. Nesses casos parte do processo migratório se deu, sobretudo, pela estagnação dessas regiões provocando uma expulsão constante de seus habitantes. Aqui se enquadram, em especial, no caso que Ravenstein (1885) definiu como migrantes que se deslocam a procura de melhores condições de vida, que no caso das migrações internas no Brasil é uma característica predominante.

Dentro das análises realizadas pelo MINTER (1975) concernente aos motivos que levaram centenas de milhares de pessoas a migrarem nesse período de 1960 a 1980, no Brasil, destacou-se a questão de que vários desses movimentos migratórios espontâneos foram, na

verdade, influenciados direta ou indiretamente pelas políticas do setor público e também do setor privado. Tais políticas de planejamento governamental ocasionaram o crescimento econômico de determinadas áreas (como, por exemplo, os casos de Brasília, áreas de colonização na região da Amazônia Legal, etc.), em consequência, estes pontos de atração serviram para a realização do princípio da migração em busca de melhores condições de vida, e direcionaram o fluxo migratório; assim, mais que uma migração espontânea o que se percebeu foi um direcionamento nesse fluxo migratório ocasionando uma migração dirigida.

Perante tal análise, a proposta do MINTER (1975) foi, justamente, a busca de maior interferência do Estado na racionalização e aproveitamento dos movimentos migratórios dentro de um planejamento governamental. As migrações internas passaram a ser vistas não apenas como um problema do Ministério do Interior, mas como um problema nacional, uma vez que as causas e efeitos dessas demandavam de ações tanto sociais quanto políticas. Desse modo, elaborou-se uma *política nacional de migrações internas*, constituída uma "política de população, de emprego, de integração nacional e de ocupação do universo brasileiro" (MINTER, 1975, p.17). Tal política teve como diretriz principal a racionalização da distribuição espacial da população ligada e articulada a estratégias de ocupação territorial como: 1) estimular a diminuição do fluxo migratório para as regiões metropolitanas; 2) descentralizar a ocupação urbana e rural reorientando o fluxo migratório para novas áreas; 3) redução das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, etc.

As migrações são ocasionadas pela distribuição desigual das atividades econômicas, em regiões, setores e grupos sociais, e por mudanças ocorridas na estrutura e distribuição espacial da produção. Nestes termos, uma atuação mais eficaz sobre o problema migratório somente será conseguida através de uma articulação direta entre o planejamento da distribuição espacial das atividades econômicas e o planejamento da distribuição espacial da população. (MINTER, 1975, p.18)

Tais medidas se associavam a alguns objetivos propostos no II PND (1975-1979), mesmo que não tratassem explicitamente de interferência no problema migratório, o atingia em sua execução, visto que previu ações cuja abrangência ia ao encontro desta intersecção entre planejamento governamental e política migratória. Alguns exemplos dessas medidas do II PND foram: reforma agrária, colonização dirigida, apoio aos núcleos urbanos de médio porte, interiorização do desenvolvimento urbano, redução nas desigualdades regionais e intra-regionais, política de emprego, etc. O mais significativo é notar como tais premissas estabelecidas no II PND passaram a ser variáveis básicas na elaboração do planejamento

governamental seja nacional, regional ou local, e, em seus desdobramentos, integrou questões pertinentes à distribuição espacial da população.

[...] considerando o caráter unitário do processo migratório, no qual origem e destino são apenas aspectos do mesmo problema, ambos sendo resultantes da inadequação entre população e oportunidades econômicas, uma atuação eficaz sobre os condicionantes do problema requer uma estratégia consciente de planejamento da distribuição da população sobre o território nacional. (MINTER, 1975, p.22).

Posto isto, o problema das migrações internas passou a ser visto não só como uma questão socioeconômica, mas também técnica e política. Ficou a cargo de três órgãos elaborar programas e projetos para a execução da política migratória, foram eles: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Interior. Entre suas ações destacou a necessidade de que nos programas estabelecidos ficasse claro que ações explícitas seriam adotadas com relação às migrações internas.

### 2.3 FLUXO MIGRATÓRIO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE ENTRE OS ANOS DE 1960/1980 SEGUNDO DADOS DO IBGE E SUDECO.

Sobre a configuração da população da região Centro-Oeste no período em que estamos estudando cabe algumas questões de ordem metodológicas que orienta nosso trabalho. Concernente às nossas fontes os dados aqui estudados ora foram extraídos do IBGE, ora do MINTER/SUDECO, no caso da região Centro-Oeste o IBGE incluiu os Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Até a data que estudamos, o ano de 1984, Tocantins ainda não havia sido criado, tal criação se deu apenas no ano de 1988, e o estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado da área do estado de Mato Grosso somente em 1977, no governo Médici. Não obstante os dados pesquisados já apresentam algumas informações separadas para este estado, assim quando tivermos os dados referentes a Mato Grosso do Sul o apresentaremos, caso contrário os dados que apresentarem apenas Mato Grosso devem ser entendidos como todo território anterior ao desmembramento dessas unidades federativas.

Em contrapartida para a área administrativa da SUDECO, foi incluído, como já dissemos, o Território Federal de Rondônia. Desse modo os dados sobre a região Centro-Oeste disponibilizados pela SUDECO terão informações sobre Rondônia, em alguns casos apresentaremos as informações sobre Rondônia separadamente. Não obstante, tal diferenciação não prejudica a compreensão do objeto que estamos estudando, o planejamento estatal e as migrações internas, uma vez que muitos projetos foram sobrepostos, atingiram as

mesmas áreas simultaneamente. Como, por exemplo, na sobreposição no território de atuação da SUDECO e da SUDAM. Desse modo a investigação se mostrou ainda mais rica e desafiadora.

Segundo Ricardo Hernane Pires (1977), após os anos de 1950 a Região Centro-Oeste foi a que apresentou um maior crescimento populacional, tendência constate de crescimento entre os anos de 1950 a 1970. Apesar do decréscimo entre 1970-1980, se considerarmos na regionalização como feita pela SUDECO, incluindo o Território Federal de Rondônia que apresentou a maior taxa de crescimento de 16,03%, notaremos que a Região Centro-Oeste foi a que teve o maior crescimento de seu contingente populacional nesse período. A questão que se coloca é: que motivos podem ser elencados para explicar este aumento populacional bem acima da média nacional nesse período? Uma das respostas a esta questão foi o intenso fluxo migratório para a mesma.

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, de 1988, elaborado pela SUDECO, ao analisar o aspecto demográfico da região, foram destacadas algumas características dessa morfologia da população em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Uma primeira constatação foi a redução da tendência de crescimento, sobretudo entre o período 1970/1980 se comparado com os dados do período de 1960/1970 conforme já apresentamos na tabela 03. Não obstante o principal declínio se deu no estado de Goiás, segundo a SUDECO (1988) os fatores dessa redução no crescimento demográfico foram a diminuição na oferta de empregos permanentes e a redução na fixação produtiva da população rural. Em Goiás, segundo o censo de 1980, mais de 66% dos municípios verificaram uma taxa de crescimento inferior à nacional, e cerca de 35% tiveram uma perda absoluta de população. Tal característica também foi observada nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, onde 55% destes cresceram a um ritmo menor que o do país e 27% apresentaram crescimento negativo. Os dois estados aqui citados obtiveram um crescimento pouco acima da média brasileira.

Em contrapartida, Rondônia, Mato Grosso (sobretudo a parte setentrional) e Brasília, foram grandes áreas de absorção de população. Rondônia e Mato Grosso receberam cerca de 752 mil pessoas o que contabilizou em um elevada taxa de crescimento populacional, superior aos dos demais estados da região e também em relação ao Brasil. Daí a elevada taxa de 4,05% a.a. atribuída à Região Centro-Oeste, conforme tabela 03, foi desencadeada não por todos estados, mas sobretudo pelos dois estado citados e o Distrito Federal. Desse modo o

crescimento da população regional foi diferenciado e associado a um aumento da população urbana em todos os Estados.

Segundo o relatório da SUDECO (1988) a população da região Centro-Oeste cresceu em taxas mais altas que as observadas no Brasil, sobretudo nas décadas de 1960 a 1980. O principal motivo apontado para este crescimento constante e acelerado foi o componente migratório, que representou na década de 1970/1980, por exemplo, cerca de 13,3% no incremento da população. Apesar dessa constância que se observou do crescimento populacional como resultado direto do fluxo migratório dirigido para o Centro-Oeste, não houve um padrão na absorção desse contingente migrante para todos os Estados. Ao contrário os padrões foram distintos e peculiares para cada área no país, sendo que o Território Federal de Rondônia foi o que recebeu o maior fluxo de migrantes. Se observarmos a tabela 04, vemos que a taxa de crescimento de Rondônia foi bem superior às demais, seguida pelo Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, por último Goiás que apresentou um crescimento próximo à média nacional.

Tabela 04 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1950/2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)		
	1950/1960 (1)	1960/1970	1970/1980
Brasil	2,99	2,89	2,48
Centro-Oeste (2)	5,36	5,60	4,05
Rondônia	6,39	4,76	16,03
Mato Grosso do Sul	6,23	5,59	3,21
Mato Grosso	4,29	6,12	6,64
Goiás	4,62	4,38	2,76
Distrito Federal	-	14,39	8,15

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000.

Nota: Para efeito de cálculo da taxa de crescimento nos períodos 1980-1991 e 1991-2000 as populações foram compatibilizadas, segundo a malha territorial vigente no censo seguinte.

(1) Para o cálculo das taxas foram utilizadas as populações presente relativa à 1950, e residente relativa à 1960.

(2) Aqui não está inserido Rondônia.

Segundo a SUDECO (1988), apesar da forte migração intra-estadual, identificou-se uma importante migração interestadual para Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal, sendo que a maior parte foi proveniente do Paraná (para os dois primeiros). Em contrapartida Goiás e Mato Grosso do Sul tiveram um incremento oriundo mesmo do fluxo intra-estadual, ou seja,

de população oriunda do próprio Estado. Apesar disso, tais estados receberam importante fluxo migratório de Maranhão e Minas Gerais, no caso de Goiás, e de São Paulo e Paraná, no caso do Mato Grosso do Sul. Sendo assim, constatou que o crescimento de Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal esteve vinculado ao componente migratório, enquanto em Goiás e Mato Grosso do Sul o crescimento foi resultado, principalmente, do crescimento vegetativo de suas populações. Os balanços migratórios para esses dois estados são negativos, Goiás, por exemplo, teve um saldo negativo de aproximadamente 90mil pessoas entre 1970/1980, segundo os censos do IBGE para estes períodos.

Para Pires (1977), o crescimento populacional do Centro-Oeste, nesse período de 1960/1980, pode ser explicado pela ampliação da inserção dessa região no fornecimento de produtos agropecuários e matérias-primas para outras regiões do país, como alimentos, sementes, couro, madeiras entre outros produtos. Além disso, tivemos uma concatenação de fatores como a abertura de estradas, a disponibilidade de terras, a construção de Brasília, e áreas de colonização que foram fundamentais para a ampliação dos polos de atração de migrantes para a região Centro-Oeste.

Em concordância com as análises da SUDECO (1988), Pires (1977) aponta que o crescimento da população no Centro-Oeste foi diretamente fruto de uma conversão do fluxo migratório, mesmo com a queda apresentada por Goiás e Mato Grosso do Sul, boa parte da população se constituía dessas pessoas. Grande parte desse fluxo se destinou para áreas rurais, exceção principal foi o Distrito Federal, até 1970 cerca de 67% dos que migraram para Mato Grosso (incluído aqui Mato Grosso do Sul) e 50% dos que migraram para Goiás se destinaram para áreas rurais, como observa Pires (1977). Isto explica o fato de que a Região Centro-Oeste tinha, até 1970, a população de maioria habitante na zona rural, enquanto que no Brasil de modo geral mais de 56% da população já morava em áreas urbanas.

No censo de 1980 tivemos uma alteração na configuração da população da Região Centro-Oeste, de um modo geral a grande maioria da população passou a habitar em área urbana, sendo que Rondônia foi a única exceção. Utilizamos aqui os dados do IBGE e acrescentamos Rondônia aos dados tendo em vista nosso objeto. Vejamos a tabela a seguir.

Tabela 05 Distribuição da população presente da Região Centro-Oeste nas áreas rural e urbana segundo censo de 1980.

	Total	Urbana		Rural	
		Total	(%)	Total	(%)
Região Centro-Oeste	7.967.741	5.306.125	66,59	2.661.616	33,41
Distrito Federal	1.183.157	1.144.988	96,77	38.169	3,23
Goiás	3.801.412	2.373.352	62,43	1.428.060	37,57
Mato Grosso	1.133.698	650.575	57,38	483.123	42,62
Mato Grosso do Sul	1.359.961	910.031	66,91	449.930	33,09
Rondônia	489.513	227.179	46,40	262.334	53,6

Fontes: Censo IBGE 1980.

Como podemos observar, a partir dos anos de 1970/1980 a população da Região Centro-Oeste, assim como no restante do país, teve sua população concentrada em áreas urbanas. Tal fato se explicou, entre outros fatores, pelo processo de modernização rural que expulsou várias pessoas do campo, conforme mencionamos no capítulo primeiro, além de várias cidades dessa região ampliarem seu dinamismo econômico, o que atraiu migrantes para estas áreas.

Como dissemos anteriormente a composição e o destino do fluxo migratório para a região Centro-Oeste não foi homogênea, variou em termos de origem, tipo e de volume de migração. Analisando a migração para esta área entre os anos de 1960/1970, Pires (1977) destaca que em termos absolutos, até 1970, Goiás recebeu mais migrantes que Mato Grosso, o primeiro 510.384 migrantes e o segundo 410.401 migrantes. Entretanto este contingente representou para Mato Grosso 26% da população, enquanto que para Goiás representou apenas 17% de sua população. Número absoluto menor foi o que o Distrito Federal recebeu até 1970, 319.683 migrantes, porém tal contingente representava 59% de sua população naquele ano. Em termos de origem destacou-se a ida de paulistas para Mato Grosso, de mineiros para Goiás e de mineiros e nordestinos para o Distrito Federal. Segundo o Censo de 1970 aproximadamente 24% da população da Região Centro-Oeste era composta por migrantes, em um total de 5.167.000 pessoas.

No Censo de 1980 tivemos algumas características do fluxo de migrantes para a Região Centro-Oeste que é importante destacar. O estado de Mato Grosso continuou a receber um intenso fluxo de paulistas e também de paranaenses, porém em termos absolutos foram os

mineiros que mais entraram no estado até 1980, contabilizando aproximadamente 85 mil migrantes. Mato Grosso do Sul recebeu um grande número de paulistas, cerca de 172 mil migrantes, seguido do estado do Paraná com mais de 91 mil pessoas. Em Goiás manteve-se o destaque na entrada de mineiros para o estado, em um total de quase 372 mil pessoas.

No Distrito Federal também observou-se uma constância notada anteriormente, com a entrada de nordestinos (destaque para baianos que computaram mais de 67 mil migrantes) e de mineiros que ultrapassaram a casa dos 170 mil migrantes. Mas o destaque da Região Centro-Oeste, segundo a divisão regional da SUDECO, foi o Território Federal de Rondônia, que apresentou uma alteração significativa na distribuição de sua população e um aumento populacional elevado. Migraram para este território cerca de 74 mil paranaenses, 54 mil mineiros, além de mais de 157 mil pessoas de outras regiões do país. Esta intensa migração para Rondônia nesse período que passa a ser nosso objeto de interesse no terceiro capítulo desse trabalho.

### **3. RONDÔNIA, DE LUGAR PARA MIGRAR A LOCAL PARA SE EVITAR MIGRAR, BALANÇO DOS PROJETOS DE MIGRAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE CONTENÇÃO DA MIGRAÇÃO PARA ESTA ÁREA NOS ANOS DE 1970 A 1980.**

O foco desse terceiro capítulo consiste em compreender que fatores fizeram de Rondônia o território que atraiu a migração de um grande contingente populacional e fizeram desse Território a área no país que apresentou o maior crescimento demográfico no período de 1970/1980 ultrapassando a faixa de 16% a.a. Visamos analisar a associação do planejamento econômico governamental e a migração dirigida e como esta associação levou o poder público de uma postura inicial de estímulo a migração para Rondônia para ações de contenção e redirecionamento do fluxo migratório para outras áreas, desestimulando a vinda para o Território Federal de Rondônia. Logo, a questão que se apresenta nesse terceiro capítulo consiste em buscar identificar e compreender como as ações do planejamento econômico governamental atuaram no Território Federal de Rondônia e como esse passou de um ponto de atração para um local onde necessitou conter a migração.

#### **3.1 MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1980.**

Através do decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, foram estabelecidos os Territórios Federais: do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, pelo então presidente Getúlio Vargas. Aqui destacaremos o Território Federal do Guaporé, que corresponde ao território de Rondônia, nosso objeto central neste terceiro capítulo. Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek, por meio da lei nº 2.731, estabeleceu a alteração na nomenclatura de Território Federal do Guaporé, desde então passou a ser denominado Território Federal de Rondônia. No contexto do Estado Militarizado, durante o governo Figueiredo foi criado, por meio da lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, o Estado de Rondônia.

Como já apontamos em outros momentos, nas determinações da SUDECO o Território Federal de Rondônia foi acoplado na região Centro-Oeste ao lado de Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal. Tal decisão foi resultado do planejamento estatal que visou intervir na região

por meio da SUDECO. Perdigão e Bassegio (1992), ao analisarem a trajetória da ilusão do migrante, que foi para a região da Amazônia Legal, especificamente para Rondônia, apontam que a questão da migração esteve diretamente associada à questão fundiária. E que ambas estiveram vinculadas ao planejamento econômico governamental do Estado Militarizado.

Perdigão e Bassegio (1992) defendem que a migração e a questão agrária formam dois lados de uma mesma moeda, foram processos imbricados. Nesse sentido o axioma do fenômeno migratório no Brasil até os anos de 1980, pelo menos, residiu no problema da estrutura fundiária historicamente concentrada. Esta cada vez mais, por conta entre outros fatores dos processos de modernização agrícola conservadora, expulsou milhares de trabalhadores que não tiveram outra sorte senão se lançarem a ermo na busca de um local para sua sobrevivência. Essa expulsão foi tanto do campo para a cidade quanto do campo para o campo, porém em outras unidades da federação, conforme alguns apontamentos que fizemos no segundo capítulo.

Entendemos que a concentração fundiária no Brasil remonta aos tempos coloniais e sua permanência perpassa, como uma constância depreciativa, da história agrária brasileira. Durante os anos de controle do Estado Militarizado o processo foi de capitalizar e modernizar cada vez mais a agricultura e a pecuária nacional, no uso de técnicas e tecnologias, por meio da mecanização das lavouras e até mesmo melhoramento genético dos rebanhos. Não obstante a estrutura fundiária permaneceu com a mesma tendência dos anos anteriores, concentrada, o grande latifúndio foi o mais beneficiado no processo de modernização. Como aponta Gonçalves Neto (1997), a modernização conservadora promoveu e estimulou o crescimento da grande empresa agropecuária em detrimento da massa de pequenos produtos e dos trabalhadores rurais, estes em sua maioria migrantes.

Nesse sentido o Estado Militarizado atuou como planejador e interferiu na dinâmica espacial de alocação da mão de obra. Conforme defende Vainer (1986), para compreendermos a migração não basta tratarmos da população que se deslocou no espaço, mas principalmente devemos entender que foram trabalhadores que se deslocaram. Assim, o interesse em interferir diretamente na migração esteve associado à forma como os trabalhadores foram postos à disposição como força de trabalho. Deste modo, o Estado Militarizado atuou no sentido de planejar e dirigir de alguma forma o deslocamento da massa trabalhadora. Os programas governamentais de colonização, que veremos mais adiante, serviram para "orientar" a rota migratória, daí o fato de falarmos em migrações dirigidas.

Jadir Pessoa (2009), ao buscar compreender a dinâmica da migração aponta que a experiência mais fundamental do trabalhador rural brasileiro é a itinerância. Para esse autor são três os principais motivos que influenciaram o deslocamento: primeiro os desequilíbrios inter-regionais no que concernem à oferta de trabalho; segundo a diferença com relação ao valor pago pela mão de obra, bem como a sazonalidade do plantio-colheita; e, por fim, a ação de aliciadores que vendem lotações e mais lotações de trabalhadores. Assim, o trabalhador rural brasileiro, sobretudo da agricultura, esteve em constante movimento. Não obstante, esta prática, que para Pessoa (2009), se tornou um *habitus itinerante*, é também fruto do marca histórico que dificultou o acesso à terra para esse grupo social.

Mas essa itinerância não é uma limitação do trabalhador ou mera fuga de depressões econômicas circunstanciais. Ela é engendrada, construída no próprio processo histórico e apropriação da terra, da força de trabalho e dos excedentes da produção agrícola familiar (PESSOA, 2009, p.175).

O Estado também se posicionou frente a este dado, ou a esta característica do *habitus itinerante* do trabalho rural brasileiro, tanto no sentido de promover e direcionar o deslocamento destes no espaço nacional, quanto no sentido de dar resposta aos sujeitos sociais de atuam no processo. O Estado agiu efetivamente na promoção de uma política migratória,

[...] constitui política migratória toda política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores. (VAINER, 1986, p.13)

Conforme apontamos anteriormente nesse trabalho, a forma como o Estado diagnosticou o problema migratório consistiu na forma como definiu sua política migratória. Devemos entender que foi, fundamentalmente, as pressões capitalistas que fizeram o Estado Militarizado promover a modernização no campo. Assim, cada vez mais os trabalhadores foram se definindo "[...]como volantes, migrantes, hostes errantes dentro do território nacional, populações sem 'eira nem beira', uma massa sem nome, gente disponível para qualquer arregimentação", como observa Vainer (1986, p.24).

Interessante que Vainer (1986), ao analisar a ação do MINTER, observa que tanto a questão da migração quanto do migrante em si foram vistos como um problema de planejamento, e para sanar, organizar, o problema faz-se necessário ações programadas, uma intervenção política planejada. Logo, devemos compreender que a migração, mais que um fenômeno espontâneo foi fruto da interferência direta do Estado. Apesar de ser um direito, ir e vir tornou-se, para o trabalhador rural brasileiro, uma decisão condicionada às demandas implantadas pelo Estado Militarizado que atendia aos interesses capitalistas, daí falar em

migração dirigida. Para tanto foram estabelecidos dois subprogramas: o Sistema de Informação sobre Migrações (SIMI) e o Serviço de Apoio aos Migrantes (SAMI). De modo geral, o objetivo do SIMI era, com uma visão totalizadora do território nacional nos anos 70 e 80, a coleta e análise de informações para então tomar decisões quanto à política migratória.

Não se poderia, apesar de tudo, desprezar a experiência recolhida em termos de monitoramento de movimentos migratórios. Em situações específicas, as informações do SIMI permitiram um acompanhamento quase corpo a corpo dos migrantes em fluxo, como no Posto de Vilhena, porta de entrada de Rondônia. (VAINER, 1986, p. 27).

Tal direcionamento, fruto da ação de um Estado Planejador, que entendeu o território em sua totalidade e editou planos, programas e ações estratégicas a fim de garantir o controle tanto do espaço quanto das pessoas que lhes estavam subordinadas. Agravando assim o acesso à terra de modo isonômico e direcionando a mão de obra para atender às demandas capitalistas. O SAMI, por sua vez tinha o objetivo de prestar assistência ao migrante, sobretudo em áreas urbanas de passagem e atração.

[...] o SAMI mostrou a velha tradição brasileira iniciada há mais de 100 anos com as Hospedarias no Rio de Janeiro, não pode ser desprezada enquanto forma, eventual, de controle e ordenamento da circulação do trabalho em mercado restritos." (VAINER, 1986, p.28-29).

As áreas de colonização no Território Federal de Rondônia foram se multiplicando, sobretudo, como resultado dos projetos de colonização ao longo da BR-364, esta liga Rondônia ao Centro-Sul passando pelo território do Estado do Mato Grosso. Para o presidente Médici a proposta seria "uma terra sem homens para homens sem terra". Não obstante, a partir da BR-364, como destacam os autores, a estrada de fato tornou-se uma via de mão dupla, em um sentido saía as riquezas produzidas em Rondônia, no lado oposto entrava migrantes com seus desesperos e desesperanças.

Perdigão e Bassegio (1992) apresentam que a colonização na região da Amazônia foi intensificada com o lançamento, em 1970, do Programa de Integração Nacional (PIN), que já abordamos no segundo capítulo. Entre outros aspectos, este programa buscou deslocar grupos sociais que estavam em tensão em outras regiões do Brasil, em especial do Nordeste, e assentar colonos com lotes de 100 ha nas áreas das duas principais rodovias federais em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Estava previsto no PIN que áreas de até 100 km às margens dessas rodovias fossem destinadas para esta atividade de colonização.

Desse modo, a disponibilidade de terras passou a ser a grande atração de migrantes para a região Amazônica, em destaque para o Território Federal de Rondônia. Fatores de atração e expulsão se somaram e fizeram de Rondônia um possível caminho ideal para

migrantes nos anos de 1970/1980. Os migrantes foram, sobretudo de sulistas, grande parte paranaenses, conforme vemos na tabela a seguir.

Tabela 06. Migrações para Rondônia comparativo entre os censos de 1970 e 1980 segundo as grandes regiões.

Origem	Censo			
	1970	Porcentagem sobre o total	1980	Porcentagem sobre o total
Total de Migrantes	50.436	100%	296.207	100%
Região Norte	26.541	52,62%	49.349	16,66%
Região Nordeste	11.909	23,61%	14.159	4,78%
Região Sudeste	2.937	5,82%	54.010	18,27%
Região Sul	2.943	5,83%	99.286	33,55%
Região Centro-Oeste	4.479	8,88%	76.026	25,69%
Outros (exterior e sem declaração)	1.627	3,22%	3.121	1,05%

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1970 e 1980. Com base no item "Pessoas não naturais de Município onde residem, que migraram a menos de 10 anos, por tempo de residência no município, segundo o sexo e lugar do município anterior."

George Martine (1995) destaca que Rondônia foi um dos territórios que mais apresentou um acelerado crescimento populacional nos anos de 1970/1980. Este fator se deveu às migrações aceleradas pela disponibilidade de terras via a expansão das áreas de ocupação desse território. Para este autor o grande influxo de migrantes foi consequência direta da soma de fatores de expulsão e atração. Ao observarmos a tabela 06 notaremos que o censo de 1970, que retratou o decênio 1960/1970, apontou que dos 50.436 migrantes, 47.213 foram pessoas vindas de outros estados do país. A grande maioria da migração para o Território Federal de Rondônia foi do Amazonas e Ceará respectivamente. Vale destacar que a população residente em Rondônia, segundo censo de 1970 era de 111.064 habitantes, assim, na composição da população, os migrantes de outros estados do país corresponderam a pouco mais de 42,50% da população.

A situação de polo de atração se intensificou no decênio seguinte 1970/1980. Conforme o censo de 1980, das 296.207 pessoas que migraram para Rondônia apenas 30.080 o fizeram internamente, as outras 266.127 pessoas vieram de outras partes do país. Um crescimento significativo e que apontou para um fenômeno importante nesse período, Rondônia foi um polo de atração. A população residente, segundo o censo de 1980, para Rondônia era de 489.513 habitantes, Ao contrário do período anterior, os migrantes (excluindo os que migraram dentro do próprio território) corresponderam a mais de 54% na composição da população total desse Território. Desse modo, podemos dizer que Rondônia foi uma região de migrantes em sua grande maioria.

Dentre estes que migraram para Rondônia entre 1970 e 1980, um total 95.406 pessoas eram paranaenses, o que equivale a pouco mais de 35%. O segundo estado que mais enviou migrantes para Rondônia foi Mato Grosso, foram 43.754 pessoas, equivalente a 16,45%, seguido pelo Mato Grosso do Sul, de onde foram 27.201 pessoas, equivalente a 10,25%. Espírito Santo, com um total de 23.650 pessoas, o que correspondia a 8,9% e Minas Gerais com 18.295 pessoas, cerca de 6,9% fechavam o conjunto dos estados que mais enviaram migrantes para Rondônia. Esses dados são importantes visto que nas campanhas de contenção da migração, que veremos mais adiante, a atuação foi principalmente nesses locais.

Em análise realizada pela SUDECO (1983), no "Balanço Migratório dos Estados do Centro-Oeste (1970-1980)", e em concordância com o que aponta Perdigão e Bassegio (1992, p.174) "(...) tanto Mato Grosso do Norte como do Sul, ocupam lugares de destaque no fornecimento de migrantes para o Estado de Rondônia. Ambos são Estados de passagem dos migrantes. Muitos aí fizeram uma das etapas migratórias". Em outras palavras, o que se notou na dinâmica dos fluxos migratórios nesse período foi um constante envio de migrantes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para Rondônia, o que intensificava a migração inter-regional. Lembrando sempre que para a SUDECO o Território de Rondônia pertencia ao Centro-Oeste.

Conforme relatório apresentado pela SUDECO (1983), por meio do Programa de Migrações Internas, o Estado do Mato Grosso, assim como Rondônia, foi palco de inúmeros projetos de colonização, o que desencadeou uma forte atração de migrantes para lá. Tanto que apresentou o segundo maior incremento populacional da região, com 6,6% a.a., conforme dados de 1980. Não obstante sua intensa movimentação populacional, o Estado do Mato Grosso serviu como um expulsor de migrantes para Rondônia, ficando com um saldo negativo da ordem de mais de 40 mil pessoas. Um dos motivos apontados pela SUDECO (1983) foi à baixa capacidade de fixação desses migrantes, que ia desde as precárias condições para a fixação, à escassa ou ausente infraestrutura necessária para o incentivo e escoamento da produção, entre outros.

Conforme os dados apresentados pela SUDECO (1983), os principais fluxos interestaduais da região Centro-Oeste e as demais regiões, que se observou no decênio 1970/1980, ocorreu do Paraná de onde saíram para a região Centro-Oeste um total de 301.760 pessoas. Sendo que 98.571 destinaram-se para Mato Grosso do Sul, 96.877 para Mato Grosso e 95.406 para Rondônia, aqui os principais destinos foram os municípios às margens do eixo da BR-364, principalmente Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena.

Antes de prosseguirmos, cabe observar que o interesse pelo contingente de migrantes do Paraná para o Centro-Oeste não deve ser considerado de grande importância no contexto nacional, nem mesmo no contexto do próprio estado do Paraná. Das saídas desse estado a rota mais significativa foi para São Paulo, este recebeu 667.186 pessoas vindas do Paraná (tantos nascidos lá ou não) o que correspondeu a aproximadamente 58%. Assim, ao falar da importância da migração paranaense para a região Centro-Oeste, focamos mais especificamente para a migração com destino a Rondônia.

Apesar de Rondônia não ter sido o território do Centro-Oeste que mais recebeu migrantes advindos do Paraná, podemos afirmar que para Rondônia o fluxo migratório dos que saíram deste estado foi um dos mais importantes, juntamente com os que migraram da própria Região Centro-Oeste. Assim, a migração para o Território Federal de Rondônia se mostrou como um dos aspectos de destaque em sua composição populacional nos anos aqui estudados, o que fez com que este Território apresentasse a maior taxa de crescimento, de 16,03% a.a. em todo o país, como já havíamos apontado no capítulo anterior.

Não obstante, cabe determos diante de uma questão que se apresenta: que fatores de expulsão levaram um grande contingente de pessoas a saírem do Paraná? Como já dissemos no primeiro capítulo, Cano (2008) aponta que a mudança mais radical que se observou no processo de expulsão de migrantes nos anos de 1970 foi no Paraná, destes 924 mil paranaenses e outras 402 mil pessoas nascidas em outros estados migraram para outras regiões do país. Segundo o autor, o Nordeste foi a maior área de expulsão de migrantes nos anos de 1970, 46,3% do total de migrações no país. Porém, com cerca de 20,5% de migrantes, o Paraná ocupava a segunda posição nacional e, tomadas isoladamente as unidades da federação, foi a que mais expulsou moradores no período aqui estudado.

Para Angelo Priori. et al. (2012), a modernização da agricultura e fatores de ordem naturais se somaram e fizeram do Paraná o maior expulsor de migrantes do país dentre as unidades da federação entre 1970 e 1980. A modernização da agricultura no Paraná se deu entre os anos de 1960 e 1970 e concomitantemente a produção cafeeira, o produto mais importante da economia do Estado na época, entrou em crise tanto pelo excesso de oferta como pela perda de produtos por conta de geadas na região, como a de 1975. Assim uma das medidas tomadas foi a substituição da lavoura de café por outros produtos, sobretudo soja e trigo, nesse processo houve uma intensificação da concentração fundiária no estado. Conforme destaca o autor, nos anos de 1970 observou-se no Paraná a redução de mais de 100 mil estabelecimentos rurais, além de redução do número de proprietários e arrendatários, não

obstante a ampliação da área explorada. Tais fatores de mudança, como aponta Singer (1976), somados ao processo de modernização que envolveu a mecanização de áreas de agricultura, ocasionou um elevado índice de desemprego estrutural na região do norte e noroeste paranaense, provocaram uma expulsão em massa de migrantes desses locais.

A migração se tornou uma válvula de escape servindo como caminho para o "excedente populacional", expulso devido a manutenção e expansão da estrutura fundiária concentrada e pela ação do Estado em não atender às demandas da reforma agrária, antes estimulando e incentivando a grande empresa rural capitalista. Como aponta Singer (1976), a migração interna foi resultado de causas estruturais que impeliram determinados grupos a se porem em marcha. Via de regra, as causas primeiras são de aspectos econômicos, tanto na expulsão quanto na atração, nessa o que se procura são melhores condições de vida e de trabalho. Nas áreas de expulsão se notou, como no breve apontamento que fizemos sobre o Paraná e mesmo o Mato Grosso, causas também de caráter econômico. A mecanização ou a alternância da lavoura que ocasiona a diminuição na demanda de mão de obra (no caso do Paraná o café demandava mais trabalhadores que as lavouras de oleaginosas, por exemplo), somadas a causas concernentes à infraestrutura que não favorece o desenvolvimento das atividades econômicas básicas para o estabelecimento de novas áreas de produção.

Diante disso, uma outra questão vem à tona, pensando que "a migração seja processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo mas o grupo" (SINGER, 1976, p.236), qual a procedência desses que migraram para Rondônia no período aqui estudado? No início do ano de 1977, o MINTER, em reunião do dia 02 de maio de 1977, juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Nacional (CSN) criou um "Grupo de Trabalho da Migração". O objetivo deste foi elaborar estratégias para sanar problemas enfrentados pelo Território Federal de Rondônia em decorrência da ocupação produtiva da população que para lá migrou de modo constante. Na proposta de ação desse Grupo, datada de 16 de maio de 1977, obtemos informações importantes sobre a procedência dos que para Rondônia migraram. Os dados de 1976 revelaram em termos de naturalidade, que dos os chefes de família entrevistados, 37,5% eram mineiros, 13,1% capixabas e 12,3% paulistas. Não obstante, 87,4% migraram do Paraná e Mato Grosso, mas apenas 10,8% eram naturais desses dois estado. Vemos que esta tendência se repete na história da migração para Rondônia nesse período, muitos migraram da Região Centro-Oeste, principalmente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém não eram naturais desses estados. Esse fato reforça a ideia de que estes

dois estados serviam como local de migração temporária para vários migrantes que acabaram buscando Rondônia como destino final.

Segundo a SUDECO (1983) os fluxos migratórios para Rondônia foram principalmente compostos por pequenos agricultores, sendo o principal destino as áreas rurais. De acordo Perdigão e Bassegio (1992), a grande maioria dos que migraram para Rondônia era casada (75%) e de famílias jovens, 40% dos migrantes declarou ter entre 20 a 35 anos. Não obstante um significativo número de 18% era analfabeto, desses 65% sabiam apenas escrever o nome. Quanto a naturalidade eram, sobretudo paranaenses, mineiros, paulistas e capixabas. Apesar da naturalidade, boa parte vinha também da região Centro-Oeste, como veremos, mas poucos eram naturais desta. Segundo o Censo de 1980, no conjunto dos que migraram do decênio 1970/1980, 53,6% eram homens e 43,4% mulheres.

A partir de informações obtidas pelos boletins de coleta do SIMI, a SUDECO (1983) apontou algumas características dos migrantes que foram para Rondônia. Este estado (a partir de 1981 Rondônia se constituiu como estado), foi o líder no cadastramento de migrantes por meio do SIMI, o que o fez o principal polo de atração da região. Em 1977 foi instalado em Vilhena-RO o Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI-NURE-SEPLAN), esse utilizava formulários padrão para a entrevista dos migrantes cadastrados e alimentava os dados do SIMI, conforme vemos a tabela 07.

Tabela 07. Cadastramento de Migrantes por ano SIMI/SUDECO

UF	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Rondônia	4.308	14.755	28.434	75.144	102.690	78.043
Goiás	---	Implantação	6.867	25.687	21.601	17.487
Mato Grosso	---	Implantação	1.039	10.500	21.936	20.448
Distrito Federal	---	Implantação	1.637	10.350	6.509	7.732
Mato Grosso do Sul	---	Implantação	2.159	10.019	9.840	8.602
Centro-Oeste	4.308	14.755	40.136	126.351	142.955	132.342

Fonte: SUDECO. Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências. 1983, p. 15.

Este documento sobre a estimativa de migrantes, elaborado pela SUDECO (1983), trouxe dados sobre a procedência dos migrantes nos seis primeiros meses de 1982. No caso desses que migraram para Rondônia, a maioria dos entrevistados procedia do Paraná, cerca de 21,9%, outros 11,8% vinham de Mato Grosso, seguidos por Minas Gerais, 10,5%, São Paulo 9,6% e Goiás 4,7%. Apesar do Paraná ser o maior expulsor, em termos regionais foi a própria

Região Centro-Oeste a responsável por cerca de 32% dos migrantes entrevistados que chegaram em Rondônia naquele semestre de 1982.

### 3.2 MIGRAÇÃO DIRIGIDA PARA RONDÔNIA, BR-364 E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL.

Alguns fatores de atração, também de ordem econômica primariamente, estimularam a vinda de migrantes para a região de Rondônia conforme vimos no item anterior. A questão que se apresenta consiste em compreender que mudanças ocorridas em Rondônia fizeram desse território o principal polo de atração de migrantes da Região Centro-Oeste (considerando a divisão da SUDECO) e Norte (considerando a divisão do IBGE)? O principal foco de migração foi em decorrência da BR-364 e os projetos de colonização oficial, ambos fatores associados.

Como aponta Martine (1978), Rondônia continha apenas cerca de 37 mil habitantes em 1950. A estrada aberta, no final da década de 1950, entre Porto Velho, capital do Território Federal de Rondônia e Cuiabá, capital de Mato Grosso foi o primeiro grande impulso de crescimento demográfico. Em 1970 o Território contava com mais de 111 mil habitantes, e nesse mesmo período a rodovia, denominada de BR-364, passou a ter um tráfego permanente. A construção dessa rodovia garantiu o acesso a esta região e também possibilitou a ocupação de novas terras, visto que houve a possibilidade de explorar economicamente as margens da BR-364 de terras roxas férteis e agricultáveis. Conforme vemos na ilustração 02, logo a seguir, esta rodovia foi (e ainda é) a principal via de acesso à Rondônia, e liga as cidades mais importantes desse estado. Por meio da BR-364 o processo de colonização estimulou também o desenvolvimento e a criação de alguns desses núcleos populacionais.

Ilustração 02. Mapa da BR364, Estado de Rondônia.



Fonte: Imagens disponível na internet no site: <https://www.aprovaconcursos.com.br/questoes-de-concurso/questoes/assunto/Regi%C3%B5es+brasileiras>. Acessado em maio/2017.

Como podemos observar no Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, elaborado pela SUDECO (1988), esta área da BR-364 era uma das principais de penetração para as áreas amazônicas do Centro-Oeste, caracterizada com altas taxas de crescimento populacional, tanto rural quanto urbana. Desse modo a BR-364 se tornou a principal área de influência da migração para essa região.

O acelerado processo migratório fez da agricultura a principal atividade econômica dos migrantes. Esta agricultura se baseou em um manejo primitivo, ou seja, utilizava-se a fertilidade do solo até seu esgotamento natural, sem a aplicação de técnicas de fertilização. Assim, destacaram-se lavouras de arroz, milho, mandioca, feijão, culturas temporárias que forneciam alimentação para os habitantes locais, muitas vezes substituídas ou consorciadas com lavouras permanentes comerciais, como as de cacau, café, banana e outras. A pecuária era também atividade importante, porém de menor escala. Não obstante tal ocupação ocorreu de forma não controlada o que ocasionou no surgimento ou acréscimo populacional de núcleos urbanos, como nos casos de Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Desse modo se notou um alto índice de crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo urbano, uma vez que várias famílias se dirigiam às cidades na espera de receberem

uma gleba de terra, o que gerou um depósito de migrantes, conforme dados da SUDECO (1988).

Além do crescimento da população no setor rural, visto que a maioria dos migrantes teve, inicialmente, o destino rural, as cidades em Rondônia também passaram por um processo de aumento populacional como dissemos anteriormente. Não obstante a tentativa do poder público em dotar tais cidades de infraestrutura mínima para seu desenvolvimento, na década de 1980 havia muitos pontos de estrangulamento, como a deficiência do fornecimento energético e a questão dos transportes. O que se observou foi um aumento tanto da população das áreas urbanas e rurais. Apesar da sobreposição da população rural sobre a urbana no censo de 1980, diferente do que ocorreu no censo anterior de 1970, Rondônia experimentou um acelerado crescimento em sua população que foi distribuída de modo razoavelmente homogêneo entre o campo e a cidade.

Tabela 08. Relação da população recenseada, urbana e rural, em Rondônia, entre 1960 a 1970.

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1960	30.842	39.941	70.783
1970	60.541	56.079	116.620
1980	239.436	263.689	503.125

Fonte: IBGE. Censo 1980. Item 6 População Recenseada nas datas dos recenseamento gerais de 1940 a 1980.

Em 1971, no contexto da implantação do PIN, como já citamos no capítulo dois desse trabalho, o poder Executivo estabeleceu que uma faixa de cem quilômetros sobre cada lado das rodovias federais passaria a ser destinada para a execução de projetos de colonização organizados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA), como previa o Estatuto da Terra de 1964. Como observam Perdigão e Bassegio (1992), a atuação do INCRA na região ocorreu seguindo três modelos de projetos: 1) Projetos Integrados de Colonização (PICs), estes são projeto de colonização oficial e, via de regra, foram implantados em áreas de grande extensão, atendendo um número mais relevante de famílias. Denomina-se "integrado", pois demanda ações entre as três instâncias governamentais, as terras destinadas ou eram da União ou foram fruto da desapropriação efetuada pelo INCRA. 2) Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) estes visavam executar as determinações do Estatuto da Terra em assentar famílias pequenas e médias de agricultores, com o regime de propriedade da terra. Logo foram tutelados pelo Estado que procurou, também, regularizar algumas glebas de terras que estava sob seu domínio. 3) Projetos de Assentamento Rápido

(PARs), como o próprio nome induz, foram projetos mais rápidos em áreas geralmente sem o aporte de recursos para a implantação de uma infraestrutura básica, geralmente eram terras da União que eram demarcadas e distribuídas aos colonos pelo INCRA. Em última instância, todos esses modelos foram criados a partir da determinação do Estatuto da Terra.

Houve, em concordância com as exigências do PIN, uma extensa área de colonização ao longo da BR-364. Inicialmente ocupada por pequenos produtores em lotes de 100 ha, sendo 50% de reserva florestal.

A abertura das vias de acesso e a descoberta do alto grau de fertilidade das terras de Rondônia, aliadas a fatores de expulsão em outras regiões dentro do contexto do estímulo à interiorização do capitalismo nacional dado pelo PIN começaram a gerar um afluxo febril de migrantes para Rondônia, que faz recordar as corridas de ouro do 'faroeste' norte-americano. Em consequência, nos meados de 1976, a população do território já estava sendo estimada em torno de 450 mil habitantes, um incremento de 400% em seis anos. (MARTINE, 1978, p.75)

Com o estabelecimento do Estatuto da Terra, em 1964, a colonização oficial passou a ter o foco de efetivar o aproveitamento econômico da terra por meio da propriedade familiar ou de cooperativas. Assim, a colonização oficial, como observam Guilherme da Silva Dias e Manoel de Castro (1986), foi interpretada não apenas como um mecanismo para a mobilidade social para agricultores pobres. Ela se inseriu no processo maior da modernização agrícola, uma vez que a instalação de projetos de colonização proporcionou a dinamização do campo nas localidades escolhidas, o sucesso do colono deveria desencadear o avanço do capitalismo sobre o setor agrícola. Assim, na execução dos projetos, ao selecionar os que receberam terras os critério iam além de não apenas possuírem terras, mas, fundamentalmente, ter capacidade de gerir eficientemente as glebas recebidas. "O resultado pretendido é (foi) a transformação de cada parcela de terra em unidades de produção e consumo graças a *uma combinação mais eficiente dos recursos terra, trabalho, capital e tecnologia*".(DIAS E CASTRO, 1986, p.51, grifo dos autores.)

O primeiro projeto de colonização implantado pelo Estado Planejador sob a coordenação pelo INCRA, em Rondônia, foi o Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto (PIC - Ouro Preto). Como apontam Perdigão e Bassegio (1992), os PICs foram um total de cinco na região, eram programas mais bem definidos, pois contavam, pelo menos em tese, com a ação direta do INCRA concernente à demarcação de terras, abertura de estradas e assistência de saúde, educação, além de suporte para a produção, tanto técnica quanto na comercialização. O PIC de Ouro Preto, criado em 1970, atingiu uma área de mais de 512mil

ha e atendeu mais 5 mil. Os outros quatro PICs foram: de Sidney Girão, com uma área de 60 mil ha, implantado em 1971, atingindo pouco mais de 600 famílias; de Ji-Paraná, área próxima a 480 mil ha, implantado em 1972, atendeu mais de 4.700 famílias; de Paulo Assis Ribeiro, com área de 293 mil ha, implantado em 1973, atendeu mais de 3.300 famílias; e o de Padre Adolfo Rohl, com área de mais de 407mil há, atendeu cerca de 3.700 família e foi implantado em 1975. Nesses cinco programas todas as glebas distribuídas eram de 100 ha.

Conforme a SUDECO (1983), havia, em 1983, 116 projetos de colonização, sendo que 73 eram de empresas particulares e os outros 43 eram oficiais coordenados pelo INCRA. Muitos estavam localizados no Centro-Oeste, 15 oficiais e 62 particulares. Nessa data, na Região Centro-Oeste, apenas Goiás não contava com projetos de colonização em seu território. Em Rondônia a ocupação principalmente se deu por meio dos projetos de colonização oficial do governo federal. Pelos dados da SUDECO (1983), entre 1973 e 1982 foram assentadas oficialmente 28.166 famílias, em uma área de aproximadamente 3,2 milhões ha e mais de 158 mil pessoas foram beneficiadas, nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena e Guajará-Mirim, em nove projetos.

Constante e excessivamente chegavam migrantes a Rondônia. Para termos ciência dessa dimensão relacionando os projetos de colonização, o PIC Ouro Preto inicialmente estipulou atender um número de aproximadamente duas mil famílias. Três anos depois de sua criação já agregou mais de três mil famílias, em um total de mais de 25 mil pessoas, conforme vimos anteriormente, atendeu mais de 5 mil famílias. Esta crescente migração levou o INCRA a estabelecer os PADs, diferentemente dos PICs, nos PADs a ação governamental era mais restrita. O governo investia em locação e abertura de um número pequeno de estradas, isto porque nesses Projetos de Assentamento Dirigido as famílias assentadas possuíam um poder aquisitivo maior, podendo obter acesso a créditos bancários e, conseqüentemente, investir. O que se observou em alguns casos foi uma especulação fundiária, muitos que detiveram as glebas de terra não investiram e as mantiveram como reserva de valor, conforme observam Perdigão e Bassegio (1992).

Como observa Martine (1978) as notícias da fertilidade dos solos e que o governo estava estabelecendo projetos de colonização e distribuindo terras percorreram o país e serviram de fatores de atração para migrantes principalmente do Sul e Sudeste, conforme já destacamos. Assim, ondas cada vez maiores de pessoas afluíram para Rondônia, ocasionando uma sobrecarga no quantitativo de glebas de terras que o INCRA tinha à disposição para

efetivar os projetos. Junto à isso alguns especuladores e grileiros aproveitaram também do contexto que cada vez mais se desordenava.

O Governo de Rondônia, assustado com a dimensão desses fluxos, observava que para lhes fazer frente seria necessário demarcar, lotear e entregar cada mês uma área equivalente a 90mil ha, construir 225km de estradas na selva, financiar sementes e custeio de novecentas famílias, além de fazer outras obras de infraestrutura e contratar pessoal de apoio e de serviços. Isto, sem contar as obras e despesas necessárias para absorver as milhares de famílias que já estavam no território há meses ou anos, numa atitude de espera. (MARTINE, 1978, p.77-78).

Um conjunto de fatores referentes à expulsão, como apontamos anteriormente, fez com que para esse Território afluíssem migrantes experientes concernente ao manejo das atividades agrícolas, uma vez que boa parte advinha de regiões que já possuíam tais atividades, sejam os vindos do Paraná ou Mato Grosso, por exemplo. A quantidade de assentamentos não conseguiu atender à demanda, segundo o MINTER (1977c), a partir de dados do INCRA, no ano de 1976 estimou-se que mais de 29 mil famílias haviam entrado no Território Federal de Rondônia. Nesse ano apenas 13.000 famílias foram assentadas, perfazendo um déficit, somente em 1976, de aproximadamente 16.000 mil famílias. Diante disso o planejamento governamental necessitou rever suas ações tendo em vista a impossibilidade de atender à demanda constante da migração. A estratégia adotada foi o de agir no sentido de desestimular a migração para o Território Federal de Rondônia como veremos a seguir.

### 3.3 NÃO VENHAM PARA RONDÔNIA! PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL E O CONTROLE DA MIGRAÇÃO DIRIGIDA.

Como citamos anteriormente, no ano de 1977, o MINTER, em reunião do dia 02 de maio de 1977, juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Nacional (CSN), estabeleceu um Grupo de Trabalho da Migração. O objetivo deste foi elaborar estratégias de ações para desestimular a migração para Território Federal de Rondônia em decorrência do fluxo migratório constante e crescente. Ficou evidente a preocupação do poder público no sentido de conter o fluxo migratório para este Território de Rondônia, assim o planejamento econômico governamental buscou direcionar a migração. Assim, mais que um processo espontâneo, ocorreu uma migração dirigida pelos interesses e determinações do Estado Militarizado por meio de suas instituições de planejamento.

Trabalhamos aqui com uma sequência de três documentos, o primeiro data de 06 de maio de 1977, este foi o relatório inicial da reunião datada de 02 de maio de 1977, conforme citamos. Neste conjunto de "Sugestões do Ministério do Interior", como foi denominado o relatório, consta os planos tomados para reduzir e controlar o fluxo migratório, aqui nesse trabalho aparece como MINTER(1977a). O segundo documento analisado, de julho 1977, consistiu na estruturação e efetivação de uma campanha dirigida à população que fora considerada potencialmente migrante, aqui aparece como MINTER (1977b). E, por fim, o terceiro documento consistiu em um material de divulgação (formato de livreto com 17 páginas) elaborado pelo MINTER para ser distribuído nas áreas estratégicas, segundo as determinações e análises realizadas, aqui denominamos MINTER (1977c).

O planejamento, definido pelo MINTER (1977a), estipulou atuar em três pontos que julgaram fundamentais para a contenção do fluxo migratório para Rondônia. O primeiro foi as áreas de origem principal desses fluxos, o segundo ponto foi o trajeto (locais de transição até a chegada definitiva em Rondônia) e o terceiro, o destino final desses migrantes. Previu, assim, identificar os locais de nascimento e última residência, imediatamente anterior, dos migrantes. Conforme já indicamos, o CETREMI de Vilhena, instalado como um dos objetivos propostos nessa reunião de 02 de maio de 1977, serviu como ponto nevrálgico para a coleta desses dados dos "chegantes", bem como a emissão de documentos necessários e a vacinação dos mesmos. Se observarmos a ilustração 02, perceberemos que Vilhena foi a "porta" de acesso principal para Rondônia via BR-364, daí a localização estratégica desse CETREMI.

O MINTER acionou a SUDECO, responsável direta por Rondônia, e a SUDESUL, responsável pelas áreas de maior expulsão de migrantes no Paraná, visando promover "(...) encontros com Prefeitos e outros líderes locais, nas áreas de expulsão de migrantes, objetivando mostrar as dificuldades atuais de acesso à terra, no Território, e ganhar seu apoio para a campanha de restrição e contenção dos migrantes que se destinam a Rondônia." (MINTER, 1977a, p.05). Juntamente com o MINTER o Ministério da Agricultura, por meio do INCRA, deveria expor, também aos potenciais migrantes, as dificuldades do acesso à terra. E, antes de migrarem, os mesmos deveriam procurar os escritórios regionais do INCRA para verificarem tanto a disponibilidade da terra quanto as reais expectativas quanto à comercialização dos produtos relativos a atividade agrícola.

O Estado Militarizado lançou mão de sua estrutura de controle ditatorial para coagir a população migrante, tanto que o Ministério da Justiça foi acionado no sentido de esclarecer quais as punições cabíveis aos que vendiam terras ilegais no Território. O que se notou foi

uma força conjunta dos órgãos estatais e de planejamento para reorientar/conter o fluxo migratório para Rondônia. Como resultado do trabalho iniciado pelo MINTER em conjunto com o Ministério da Agricultura, em julho de 1977 lançaram um documento contendo as diretrizes para a "Campanha de propagando dirigida à população potencialmente migrante". Esta campanha foi iniciada a partir de 11 de agosto, sua meta consentia em atingir entre agosto e dezembro de 1977 o maior número de pessoas elencadas como potenciais migrantes.

Na sua apresentação constava toda a articulação que fizeram a fim de deixar claro

[...] as diretrizes básicas da estratégia a ser obedecida na campanha de esclarecimento dirigida às populações localizadas em 46 municípios do Paraná, Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais, onde se concentram os principais índices de fluxo migratório para Rondônia. (MINTER, 1977b, p.1).

Ao todo 46 municípios<sup>3</sup> foram selecionadas para a divulgação, no Paraná 23, em Mato Grosso 14, no Espírito Santo 6 e em Minas Gerais 3. A atuação envolveu tanto o poder público, sobretudo os governos estaduais e as prefeituras das cidades selecionadas, bem como material de divulgação, mensagens no rádio, televisão e jornais, conforme vemos na ilustração 03, além do acompanhamento da campanha. Segundo o MINTER (1977b), foram confeccionados 5 mil folhetos e 3 mil cartazes e outros 5 mil livretos. Estes últimos destinados às lideranças políticas das cidades classificadas como contendo a síntese do que o Grupo de Trabalho da Migração identificou como pontos críticos.

A seguir, na ilustração 03, temos um exemplo da execução dessa primeira etapa do planejamento estabelecido pelo MINTER e as demais instituições envolvidas no desestímulo da migração para Rondônia. Esta ilustração 03 consiste em uma notícia divulgada no Diário do Paraná formulada especificamente para explicar aos leitores do jornal sobre a campanha do MINTER, iniciada no mês de agosto, conforme estamos analisando, e cujo alvo foi a divulgação em massa, sobretudo nos 23 municípios paranaenses. A notícia expressa em seu primeiro parágrafo o teor dos cartazes que o MINTER distribuiu nas cidades tanto paranaenses quanto de outros estados alvos da campanha. O conteúdo diz: "Não acredite em promessas vazias. Já existem milhares de famílias em Rondônia dependendo do governo e

---

<sup>3</sup> No estado do Paraná os municípios foram: Toledo, São Miguel do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Cascavel, Campina da Lagoa, Capitão L. Marques, Realeza, Santa Helena, Céu Azul, Guaíra, Goierê, Iporã, Matelândia, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Nova Aurora, Ubitatã, Formosa do Oeste, Palotina, Janiópolis, Campo Mourão, Medianeira e Umarama. No estado de Mato Grosso (aqui a divisão com Mato Grosso do Sul não havia se efetivado) os municípios foram: Cáceres, Tangará da Serra, Fátima do Sul, Rondonópolis, Dourados, Amambá, Glória de Dourados, Mundo Novo, Carapó, Ivinhena, Naviraí, Ponta Porã, Iguatemi e Paranaíba. Do estado do Espírito Santo os municípios foram: Barra de São Francisco, Ecoporanga, Linhares, São Gabriel da Palha, Afonso Cláudio e São Mateus. Do estado de Minas Gerais os municípios foram: Mantena, Governador Valadares e Alaléia.

nem todas podem ser atendidas ao mesmo tempo. Pense melhor na hora de tomar uma decisão tão importante. Não corra riscos". Logo a seguir, a notícia explica sobre como o INCRA enfrenta problemas em atender à grande demanda das famílias que se acumulam no Território de Rondônia. O foco da campanha foi expresso de forma explícita na notícia, " O objetivo da campanha é convencer essas pessoas das dificuldades existentes para o assentamento de grande número de migrantes que tem chegado àquele território e dos problemas enfrentados pelo governo e pelos próprios migrantes, em virtude das dificuldades para sua absorção produtiva."

Ilustração 03. Notícia do Diário do Paraná sobre os riscos de migração para Rondônia.

**Curitiba, quarta-feira, 26 de outubro de 1977**

## Campanha mostra à população os riscos da migração para Rondônia

"Não acredite em promessas vazias. Já existem milhares de famílias em Rondônia dependendo do governo e nem todas podem ser atendidas ao mesmo tempo. Pense melhor na hora de tomar uma decisão tão importante. Não corra riscos".

Estes são dizeres de um cartaz que o Ministério do Interior está distribuindo em áreas do Paraná e de outros Estados de onde tem saído o maior número de migrantes para Rondônia. Na Famepar ontem, a diretoria do Departamento de Recursos Humanos daquele Ministério, Ana Maria dos Santos Amantino, explicou as bases da "Campanha de Esclarecimentos à População Potencialmente Migrante", que também será realizada junto aos prefeitos e outras lideranças locais de 23 municípios paranaenses que mais têm contribuído, nos últimos anos, com migrantes para Rondônia.

O objetivo da campanha é convencer essas pessoas das dificuldades existentes para o assentamento do grande número de migrantes que tem chegado àquele território e dos problemas enfrentados pelo governo e pelos próprios migrantes, em virtude das dificuldades para sua absorção produtiva.

Esclareceu a sra. Ana Maria dos Santos Amantino que a campanha irá fornecer aos prefeitos informações atualizadas sobre os problemas ocasionados pela migração desordenada. No momento, milhares de pessoas, em situação precária, está enfrentando todo o tipo de dificuldades em Rondônia, enquanto aguardam a concessão de um lote de terra.

Acrescentou que o governo federal, atento aos problemas provocados pela intensa migração para o território de Rondônia, vem desenvolvendo uma série de ações, no sentido de normalizar a situação da população que já se encontra naquela região, e evitar que novos migrantes, motivados em grande parte por informações distorcidas da realidade, continuem a procurar o Território, antes que sejam sanados alguns principais problemas enfrentados pela administração.

O fluxo migratório para Rondônia, a partir de 1970, vem aumentando desordenadamente. Segundo informações do Incra,

estima-se que, em 1976, entraram no território, na época de maior movimento, cerca de 900 famílias por mês. Das 29 mil famílias que se calcula terem entrado até o momento, o Incra instalou 13 mil, o que representa um déficit de lotes para cerca de 16 mil famílias, que se encontram em situação indefinida. De acordo com essas tendências, prevê-se até fins de 1978 um excedente populacional de 120 mil pessoas precariamente instaladas ou em situação ilegal.

Os 23 municípios paranaenses onde será desenvolvida a campanha de esclarecimentos, com a colaboração da Famepar, são: Toledo, São Miguel do Iguçu, Assis Chateaubriand, Cascavel, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Realeza Santa Helena, Céu Azul, Guaíra, Goioerê, Iporã, Matelândia, Catanduvas, Foz do Iguçu, Nova Aurora, Ubiratã, Formosa do Oeste, Palotina, Janiópolis, Campo Mourão, Medianeira e Umuarama.



MAPA DO ESTADO DO PARANÁ

Palácio Iguçu.

**A campanha de esclarecimentos sobre os riscos da migração para a Rondônia será intensa em 23 municípios paranaenses.**

Fonte: Diário do Paraná. Curitiba, ano XXIII, edição nº 6.728, 26 de outubro de 1977. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/125233>. Acessado em 19 de maio de 2017.

Uma segunda fase, de médio prazo, foi implantada a partir de janeiro de 1978. Entre as determinações dessa segunda fase estava "(...) oferecer ao migrante em potencial as opções de fixação no local de origem, ou perspectivas de deslocamentos mais seguros para outros pontos do país" (MINTER, 1977b, p.10). As determinações das medidas de curto prazo, dessa segunda fase, levaram em conta o fato de que em 1978 havia sido previsto a entrada de aproximadamente 42.500 famílias, não obstante, naquele momento, o INCRA dispunha apenas de assentamento para receber 22.737 famílias, causando um excedente da ordem

superior a 20 mil famílias. O número, segundo o próprio MINTER (1977b) tendeu a ser menor pelo fato de que algumas dessas famílias acabaram se fixando em áreas urbanas. Diante desses problemas a solução imediata tomada, entre outros pontos, foi:

[...]

- Levantamento exaustivo do uso atual e potencial das terras do Território, bem como da situação fundiária existente, com o objetivo de definir precisamente as disponibilidades de terras aptas à agricultura.
- Fortalecimento da ação do INCRA, proporcionando-lhe o Governo meios para a abertura de novos PICs (Programas Integrados de Colonização). Esse apoio é imprescindível ao trabalho de absorção dos migrantes atualmente residindo no Território e dos que, naturalmente, continuarão a chegar.
- Simplificação do processo de colonização, através da introdução de formas de povoamento orientado, como meio de reduzir os custos do assentamento e agilizar a absorção dos excedentes populacionais. Na medida em que se adote essa nova orientação será possível reduzir a dependência dos colonos para com a administração pública e imprimir maior racionalização ao processo de distribuição da produção agrícola, além de se adquirir experiência nova para utilização em outras regiões.
- Integração interinstitucional (MINTER, 1977b, p.10-11).

Nesse sentido o Estado Militarizado atuou como planejador e interferiu na dinâmica espacial de alocação da mão de obra. Como já apontamos Vainer (1986), para compreendermos a migração não basta tratarmos da população que se deslocou no espaço, mas principalmente devemos entender que foram trabalhadores que se deslocam. Assim, o interesse em interferir diretamente na migração esteve associado à forma como os trabalhadores foram postos à disposição como força de trabalho. O Estado Planejador tratou de orientar, indicar, estipular as rotas de migração, negando assim seu caráter espontâneo.

Como dissemos anteriormente, esses 5 mil livretos distribuídos às lideranças locais, corresponde ao nosso terceiro documento, aqui denominamos MINTER (1977c). O teor do livreto corresponde às determinações observadas nos documentos anteriores fruto de duas reuniões ocorridas no ano de 1977 envolvendo as instituições citadas, principalmente os Ministérios do Interior e da Agricultura. O título definido para estes livretos entregues às lideranças políticas estaduais e municipais foi "Rondônia. O problema das migrações". Neste podemos observar quatro assuntos tratados, o primeiro assunto abordado versava sobre a questão da "ilusão, incerteza e espera da posse". Neste esclarece que, apesar da boa fertilidade das terras do Território, o quantitativo destinado para a colonização ficava cada vez mais escasso. Boa parte estava nas mãos de seringalistas, outra era constituída de reservas indígenas.

O segundo assunto abordado no livreto de divulgação abordou as questões de "doenças, falta de escola e segurança". Como o quantitativo de famílias aumentava cada vez mais e um número cada vez crescente vivia na total dependência da administração pública, os serviços, já precários, ficaram cada vez mais insustentáveis.

Tal situação, agravada por problemas como os de adaptação ao clima amazônico e falta de alimentação adequada, tem gerado o aparecimento de doenças como a malária, a gastroenterite, verminoses, etc., entre a população migrante. Grandes dificuldades são igualmente geradas pelos migrantes, quanto ao atendimento escolar e à segurança pública. A maior parte das crianças não encontra escola para estudar. A grande tensão social, ora existente em Rondônia, tem provocado um alto índice de criminalidade, de difícil contenção e uma situação geral de anormalidade. Daí porque é inadiável conter o fluxo de migrantes para o Território. (MINTER, 1977c, p.9).

Nos dois últimos assuntos tratados, o livreto apresenta a responsabilidade do poder local no auxílio e, finalmente, a necessidade de "esclarecimento" à população sobre as dificuldades em se regularizar terras e atender ao excedente populacional que para lá migrou. Uma das mensagens finais, que buscou expor a dificuldade aos líderes das cidades expulsoras afirmava que "a infraestrutura deficiente - falta de estradas, de água, etc. - torna a vida difícil para os novos habitantes de Rondônia. Mesmo assim, aumenta o fluxo de migrantes, gerando outros problemas. Lugarejos ganham movimentação de cidade e atraem novos forasteiros" (MINTER, 1977c, p.14).

Não obstante a campanha ter sido aplicada, verificou-se que os resultados não atingiram suas metas, isto porque o contingente de migrações para Rondônia tendeu a crescer nos anos subsequentes. Como apresentado no relatório do MINTER por meio do CETREMI de Vilhena, durante Encontro Regional de Migrações em Mato Grosso do Sul, se observou uma manutenção de Rondônia como polo de atração migrante no cenário nacional. Os dados coletados no CETREMI de Vilhena foram de julho de 1977 a julho de 1980. Conforme já apresentamos na tabela 07, em 1977 foram cadastrados 4.038 migrantes nesse CETREMI de Vilhena, no primeiro semestre de 1980 o número foi de 35.231, sendo que 85% desses com destino a Rondônia. Segundo o MINTER/CETREMI (1980) entre o primeiro semestre de 1979 e o primeiro semestre de 1980 houve um incremento da ordem de 73% dos migrantes cadastrados que tiveram Rondônia como destino.

Com relação à procedência dos migrantes também notou-se uma constância nos locais de expulsão entre 1977 e 1980, anos imediatamente posteriores à campanha de contenção de migração. Vieram, de acordo com o MINTER/CETREMI (1980) do Paraná (35%), do Mato

Grosso (24%), do Mato Grosso do Sul (9%), do Espírito Santo (7%), de Minas Gerais e São Paulo o mesmo índice de 5%, acrescidos de Goiás com 4% e Ceará com 2%. E, dentro do Território de Rondônia, o destino final de maior atração continuou a ser as áreas da BR-364, sobretudo as cidades próximas aos locais dos principais projetos de colonização oficial. Sendo Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Cacoal os que mais receberam migrantes nesse período de 1977 a 1980, juntas receberam 71% do total. Como destacam Perdigão e Bassegio (1992), apesar das tentativas de desestimular e redirecionar os fluxos migratórios que confluíam para Rondônia, o que se observou foi a continuidade desses durante os anos de 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao depararmos com uma documentação pouco explorada sobre as migrações internas no Brasil percebemos a relevância do tema e o desafio que estava proposto. Nos inquietava inicialmente analisar a modernização do campo, todavia compreender como esta (além de outros fatores) desencadeou uma onda migratória no país nos anos de 1960 a 1980 tornou a busca para entender a dinâmica da mobilidade espacial ainda mais intrigante. A questão das migrações internas saltou aos olhos como um objeto a ser investigado. Ao analisarmos a documentação da SUDECO e do MINTER percebemos logo que o Território Federal de Rondônia se destacava no território do Centro-Oeste que estava sob a responsabilidade daquela Superintendência. Ao corroborarmos nossa pesquisa com os dados do IBGE, a questão das migrações internas para o Território Federal de Rondônia entre 1967 a 1981 se mostrou ainda mais significativa.

Vimos, ao longo desse trabalho, que para compreender o fenômeno das migrações internas deveríamos também compreender a questão do planejamento governamental. Pois este instrumento de ação político-econômica se consolidou como indispensável para o andamento da administração do país nos anos de 1960 a 1980, como destacamos no primeiro capítulo dessa dissertação. Notamos que esta estratégia consistiu menos em uma ação da política de estado, e mais como uma política de governo. A mudança que notamos mais significativa no planejamento governamental foi quanto ao foco, em um primeiro momento buscava criar condições para promover o crescimento econômico de uma determinada região e posteriormente pautou em determinados setores. Nos anos que estivemos sob a tutela do Estado Militarizado, a ideia de pensar o território como nacionalmente integrado serviu como fio condutor para essa alteração no foco do planejamento governamental.

Sucessivos planos, programas, projetos, mudaram de nomenclatura mantendo conteúdos semelhantes e pensando questões de ordem estrutural como sendo passíveis de resoluções conjunturais. Como no caso da estrutura fundiária, no conjunto desses planos de governo, quando da sua execução, acabaram por criar alguns polos de crescimento e estímulo econômico, todavia marcados pelo conservadorismo nacional que privilegiou, historicamente, os grandes produtores em detrimento dos pequenos. A estrutura fundiária se cristalizava ainda mais concentracionista e também excludente. Assim, por exemplo, ao estimular modernização do campo no país, expulsou milhares de trabalhadores rurais, como vimos no caso do estado

do Paraná que se tornou um dos principais expulsores de população nos anos de 1970 a 1980 pelas consequências diretas da modernização agrícola.

Na tentativa de escamotear as pressões sociais desencadeadas por este "excedente demográfico", expulsos por conta da manutenção e expansão da estrutura fundiária concentrada e pela ação do Estado em não atender às demandas da reforma agrária, orientar o fluxo migratório passou a ser uma dos componentes inseridos no bojo do planejamento governamental. Como vimos no capítulo dois dessa dissertação, nos anos de 1960 a 1980 tivemos um intenso fluxo migratório no país, vimos que essa migração interna mais que um fenômeno espontâneo esteve associada às ações governamentais que criaram pontos de atração no país, como os centros urbanos e áreas rurais que esperavam por braços aptos para as fazerem produtivas dentro da dinâmica capitalista.

Nesse sentido observamos que a mobilização e o deslocamento de uma grande quantidade de população dentro do território nacional ocorreram dentro do que se denominou *migrações dirigidas*. Em outros termos, o Estado definiu as áreas propícias para o recebimento desses migrantes a partir da demanda de atividades econômicas. Os governos militares atuaram no sentido de planejar o deslocamento da massa trabalhadora e de "orientar" a rota migratória, dentre as áreas receptoras desses fluxos migratórios destacamos a Região Centro-Oeste. Como vimos, para compreendermos o crescimento populacional da Região Centro-Oeste, no período entre 1970 e 1980, precisamos notar a ampliação da inserção dessa região no fornecimento de produtos agropecuários e matérias-primas para outras regiões do país. Concomitantemente tivemos, também, fatores de mudanças como a abertura de estradas, a disponibilidade de terras, a construção de Brasília, e áreas de colonização, sobretudo em Rondônia e Mato Grosso, que foram fundamentais para a ampliação dos polos de atração de migrantes para a região Centro-Oeste.

Desse modo, o Território Federal de Rondônia se apresentou como o foco principal dessa pesquisa. Como expomos, principalmente no capítulo três, este Território vivenciou, no período estudado, o maior crescimento populacional do país em termos proporcionais. Rondônia ultrapassou até mesmo o Distrito Federal em termos de taxa de crescimento de sua população. Este Território, principalmente no eixo da BR364, sofreu as consequências diretas do planejamento governamental com implantação do PIN. Este plano previu a implantação de áreas de colonização ao longo das rodovias federais em ambas as margens em uma faixa de 100 km. A notícia de terras férteis em Rondônia, de que o governo estava distribuindo terras

logo percorreu o território nacional e tornou-se um dos principais pontos de atração de migrantes do Centro-Sul do país.

Em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, Rondônia era uma área a ser explorada e portão de acesso para a integração da região amazônica, onde vários projetos de colonização oficial foram implantados e serviu como área de escape do contingente populacional excluído do processo perverso de modernização no campo. Não obstante, o número de migrantes que para lá afluíram aumentou constantemente a ponto do Território não mais poder absorver tamanho contingente.

A saída adotada pelo MINTER, INCRA, SUDECO, entre outros órgãos do planejamento governamental foi redirecionar e "orientar" a população potencialmente migrante para que não fossem para Rondônia. Lançaram mão dos meios de comunicação, articularam vários órgãos e as esferas dos poderes nos estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, estados que mais expulsaram migrantes para Rondônia. De local para se migrar Rondônia passou a ser um local para "pensar bem antes de tomar a decisão para não correr riscos", o Estado não conseguiu conter o fluxo migratório que continuou crescente nos anos seguintes a 1980. Todavia, ficou evidente a lógica de lançar mão do planejamento governamental para orientar as rotas da migração dirigida.

## FONTES

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Trata da Administração Federal, Atribuições do Ministério do Interior.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Estabelece os territórios Federais.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf). Acessado em 13 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, volume 01, Tomo 01, Número 01, IBGE: Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior (MINTER). **Política de Migrações Internas**. 1975.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior (MINTER). **Rondônia**. Grupos de trabalho da Migração. Proposta para ação imediata. 06 de maio de 1977(a).

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior (MINTER). **Por que a migração preocupa Rondônia**. Campanha de Propaganda dirigida à população potencialmente migrante. Brasília: julho de 1977 (b).

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior (MINTER). **Rondônia: o problema das migrações**. Brasília: agosto de 1977 (c).

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior (MINTER). **Migrações para Rondônia 1977 a 1980**. Brasília: 1980.

SUDECO. **Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste**. 2ªed. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. **Balances Migratórios dos Estados do Centro-Oeste**. 1970-1980. Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste. 1983. Mimeo.

PIRES, Ricardo Hernane. **Panorama Populacional na Região Centro-Oeste**. Evolução Demográfica e Migrações Internas. Goiânia. 1977. Mimeo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense, contexto, propósito e contradições.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. **Estado e Planejamento: A SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste ( 1967 a 1990).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

BOTELHO, Maria Emília Teixeira de Castro; BECKER, Olga Maria Schild. Uma visão do crescimento populacional brasileiro no período de 1970-1980. In: IBGE. **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80.** Rio de Janeiro, 1ª reimpressão, 1995.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; e CASTRO, Manoel Cabral de. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; Sérgio, P. **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. **Origens Agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

KON, Anita. Introdução: Experiência Brasileira de Planejamento. In: KON, Anita (org.). **Planejamento no Brasil II.** São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 15-39.

LAFER, Celso. *O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961).* In: MINDLIN, Betty(org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 5ª reimpressão. 2001, p. 29-50.

LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

MACEDO, Roberto B. M. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965).* In: MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 5ª reimpressão. 2001, p. 51-68.

MARTINE, George. Migrações Internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. Anais do I Encontro Nacional da Abep, vol. I, Campos do Jordão, 1978. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A02.pdf>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 5ª reimpressão. 2001, p. 69-89.

MATA, Milton da (et.all). **Migrações Internas no Brasil**. Aspectos Econômicos e Demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

MINDLIN, Betty. O conceito de planejamento. In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 5ª reimpressão. 2001, p. 09-28.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/IBGE, 1975, p.98-110. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82399.pdf>. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. av., São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 set. 2016.

PERDIGÃO, Francinete e BESSAGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos**: Rondônia a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância**. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.) Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.175-192.

PRIORI, Angelo, et al. A modernização do campo e o êxodo rural. In: **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012, pp. 115-127. Disponível em <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2017.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722.

SINGER, Paul (1976). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, Hélio.A. (org.) **Migração interna, textos selecionados** . Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Planejamento regional e Mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste**. Rio de Janeiro: H.P. Comunicações/UFRJ/IPPUR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do "centro" e no Brasil**. Cadernos IPPUR, ano XV, nº2, ago-dez 2001/Ano XVI, nº1, jan-jul 2002.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VAINER, Carlos B. "**Política migratória recente no Brasil: notas para uma avaliação**." Cadernos PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./abr., 1986, p. 7-42.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico Guilherme B. **Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.